



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONOMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Luiza Palha Maçaneiro

**Serviço Social e Tecnologias:** um recorte analítico da produção intelectual da área

Florianópolis

2023

Luiza Palha Maçaneiro

**Serviço Social e Tecnologias: um recorte analítico da produção intelectual da área**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Hillesheim

Florianópolis

2023

Palha Maçaneiro, Luiza

Serviço Social e Tecnologias : um recorte analítico da  
produção intelectual da área / Luiza Palha Maçaneiro ;  
orientadora, Jaime Hillesheim, 2023.

69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, , Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. . 2. serviço social; tecnologia; produção  
intelectual.. I. Hillesheim, Jaime . II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. . III. Título.

Luiza Palha Maçaneiro

**Serviço social e novas tecnologias:** um recorte analítico da produção intelectual da área

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 29 de novembro de 2023.

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.a Dr.a Heloísa Teles

Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof. Dr. Jaime Hillesheim

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.a. Dra. Edivane de Jesus

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço  
a assinatura

Prof.a. Dra. Heloisa Teles

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina

*Dedico este trabalho a todos os trabalhadores  
que sentem na pele a angústia de cada sílaba, aqui, escrita.*

## AGRADECIMENTOS

Seguindo as palavras sensíveis de Clarice Lispector quando assevera que "a vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube: pertencer é viver", agradeço, com muito carinho:

À minha mãe, Maria Cristina, por ter dado seu sangue para que eu pudesse ter a oportunidade de estudar e percorrer meu caminho com mais possibilidades de trajetórias. Sem você, mãe, eu não estaria agora escrevendo estes agradecimentos. Do fundo do meu coração, muito obrigada. Que você sempre seja guiada por Deus.

Ao meu irmão André. Meu parceiro de vida, corridas, risadas, perrengues. Você me inspira a ter coragem na vida. Que possamos, mesmo na distância, caminhar sempre juntos e percorrer um lindo caminho. Torço para que esteja sempre rodeado, como gostas de falar, pelo bem, pelo belo e pela verdade.

Ao meu pai, Rogério, pela leveza com que me apresentou a vida e pelo apoio que deu às minhas escolhas. Mesmo estando ausente em alguns momentos, você foi indispensável para que eu chegasse até aqui. Obrigada, meu pai.

Aos seres não-humanos que estiveram ao meu lado ao longo da graduação. Fany, Mel, Hanna, Lipy e Flora, vocês são a alegria dos meus dias e tornaram a escrita deste trabalho tão mais leve. Levo vocês no cantinho mais quente do meu coração.

À professora Maria Regina de Avila Moreira pelo caloroso acolhimento com que me recebeu no curso, o qual me deu coragem, em meio a uma grave doença, para continuar lutando pela vida, mesmo sem querê-la. Não tenho palavras para te agradecer, Re.

À professora Beatriz Augusto de Paiva por ter me dado forças, mesmo sem saber, a escolher o Serviço Social como profissão e por continuar sendo uma inspiração profissional para mim. Beá, você é gigante e sua presença é luz! Não imaginas o quão maravilhoso foi poder ser tua aluna. Que tu continues teu caminho rodeada pelo mar de afetos que te circunscreve e nunca percas a ternura.

À professora Heloisa Teles por ter confiado no meu potencial quando eu duvidava dele. Helô, guardo um carinho muito grande por ti e me sinto honrada em ter contado com seu apoio ao

longo da graduação. Tua sensibilidade e generosidade frente ao mundo são encantadoras. Me ensinaste muito enquanto docente e amiga. Quero ser, eternamente, tua passarinha. Dona social Helô, te agradeço imensamente.

Ao orientador deste trabalho, professor Jaime Hillesheim, pelo imenso comprometimento com seu ofício de docente. Jaime, foi uma honra desmedida poder partilhar a minha vida acadêmica contigo. És um alemão bem durão e bastante sério, porém constituído de uma sensibilidade um tanto particular e muito bonita de se ver. Espero poder aprender muito contigo ainda nos diversos trilhos da vida. Saiba que, a cada dia, cresce exponencialmente minha admiração pela pessoa e profissional que és. Com muito afeto, te agradeço.

Ao professor Ricardo Lara pelo seu compromisso com a ciência e por sempre me incitar ao questionamento da história. À professora Cristiane Sabino por ter me ensinado a ser humilde em um ambiente tão hostil como a academia e sobre a necessidade de lutar pelo marxismo em que se acredita. Ao professor Nildo Ouriques por permitir que eu confiasse em mim. À professora Edivane de Jesus pelas melhores aulas de previdência e pelo apoio que me deu ao longo do desenvolvimento da monitoria de Método Crítico Dialético. Ao professor Helder Sarmiento pela leveza com que leva a docência. À professora Helenara Fagundes pelo respeito e consideração para com os estudantes. E à professora Marisa Camargo pela sua perseverança e força para com a docência.

Aos demais trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - funcionários terceirizados, professores, técnicos-administrativos, - por darem, através de muito suor, vida à UFSC. Sem vocês, essa universidade não existiria...Meu muito obrigada!

À minha ex-supervisora de estágio, Mary Kazue Zanfra, por seus ensinamentos e pelo companheirismo frente aos desafios que enfrentei no campo de estágio. A assistente social Maria Cecilia Olivio pelo carinho com que me recebeu no Centro de Referência de Assistência Social Sul (CRAS) III. Ao Jackson Conceição, amigo e trabalhador deste equipamento, pelos conselhos assertivos e por sua presença luminosa. Aos usuários do CRAS Sul III com os quais muito aprendi, especialmente com a Heloisa Alves Soares.

Agradeço também às minhas grandes amigas de vida Gabi, Isa, Carol e Maria, pelo apoio que me deram na escolha do meu curso e pelo colo que ganhei ao longo dos percursos da minha

graduação. Amigas, fico tão feliz por poder ser constituída por vocês... A saudade está imensa.

Em especial, tenho que agradecer à minha amiga do peito, Aline Pilger, por ter segurado comigo os muitos pesos da vida - principalmente nos últimos dois anos, - e por dividirmos tantas alegrias, desde crianças. E à Julia Coelho que, ao compartilharmos da mesma dor, construímos uma amizade muito bonita e verdadeira ao longo da graduação.

Correndo o risco de esquecer alguém, tenho muito a agradecer também aos amigos/colegas de graduação/pesquisa: Viviane Namie, Victor Sieben, Laura Pacheco, Joyce Santos, Andressa Cadorin, Pablo Diogo, Dyullia Severo, Maria Eduarda Silva, Eduarda Salla Marcelino, Rosane Rodrigues, Julia Santos, Lais Duarte Corrêa, Brenda Fante da Paixão, Julia Schmitt, Franciny Fernandes, Eduardo Lima, Fernanda Araújo, Alua Bassi, pelos choros, risadas e colos compartilhados. Perto ou distantes, estamos sempre juntos.

Para finalizar, fica aqui meu agradecimento ao Coletivo Veias Abertas/IELA, ao Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Questão Social e América Latina e à turma de supervisão de Estágio Obrigatório I, II e III pelos aprendizados e encontros proporcionados por estes espaços.

A todos, mais uma vez, meu muito obrigada! Que possamos sempre pertencer uns aos outros!



*Criei meu website  
Lancei minha homepage  
Com 5 gigabytes  
Já dava pra fazer um barco que veleje  
Meu novo website  
Minha nova fanpage  
Agora é terabyte  
Que não acaba mais por mais que se deseje  
Que o desejo agora garimpar  
Nas terras da Serras Peladas virtuais  
As cripto-moedas, bitcoins e tais  
Não fazer economias novos capitais  
Se é música o desejo a se considerar  
É só clicar que a loja digital já tem  
Anitta, Arnaldo Antunes, e não sei mais quem  
Meu bem, o itunes tem  
De A a Z quem você possa imaginar  
Estou preso na rede  
Que nem peixe pescado  
É zapzap, é like  
É Instagram, é tudo muito bem bolado  
O pensamento é nuvem  
O movimento é drone  
O monge no convento  
Aguarda o advento de deus pelo iPhone  
Cada dia nova invenção  
É tanto aplicativo que eu não sei mais não*

***Pela Internet 2 - Gilberto Gil.***

## RESUMO

O propósito deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é identificar e analisar os fundamentos expressos na produção intelectual do serviço social brasileiro sobre o tema "serviço social e tecnologias", principalmente nos periódicos da área de Serviço Social classificados entre os estratos A1 e A2. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão da literatura com o intuito de compreender, por meio de estudos sistemáticos, as principais categorias de análise relacionadas à tecnologia e ao trabalho. Em um segundo momento, foi feito um levantamento da produção intelectual da área a partir do ano de 2018, especificamente sobre o tema "serviço social e novas tecnologias". Esse levantamento foi conduzido por meio da consulta das dissertações e teses disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como dos Anais de eventos nacionais e/ou internacionais realizados no Brasil, que estivessem, pelo menos, em sua décima edição, e cujas fontes fossem acessíveis por meio de suas páginas online. Ademais, foram também utilizados como fontes os artigos disponíveis nos periódicos da área de serviço social, classificados entre A1 e B3. Com relação a estes periódicos, foi feita uma análise mais pormenorizada do seu conteúdo. O exame do material encontrado possibilitou a identificação de seis tendências de debate presentes no conjunto das três frentes de pesquisa, a saber: tecnologia e trabalho; tecnologia e trabalho profissional do assistente social; tecnologia, política social e questão social; tecnologia, serviço social e comunicação; e tecnologia e formação profissional em serviço social.

**Palavras-chave:** serviço social; tecnologia; produção intelectual.

## ABSTRACT

The purpose of this Final Course Work is to identify and analyze the expressed fundamentals in the Brazilian social work intellectual production regarding the theme "social work and technologies," particularly in the Social Work journals classified within strata A1 and A2. To achieve this objective, a literature review was conducted with the aim of comprehending, through systematic studies, the main analytical categories related to technology and labor. In a subsequent stage, an overview of the intellectual production in this field was carried out starting from the year 2018, specifically focusing on the topic of "social work and new technologies." This survey was conducted through the consultation of dissertations and theses available in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), as well as the Proceedings of national and/or international events held in Brazil, which were at least in their tenth edition, and whose sources were accessible through their respective online pages. Additionally, articles available in the field of social work journals classified between A1 and B3 were used as sources. A more detailed analysis of their content was carried out. The examination of the material found enabled the identification of six prevailing debate trends within the three research fronts, namely: technology and labor; technology and the professional work of social workers; technology, social policy, and social issues; technology, social work, and communication; and technology and professional training in social work.

**Keywords:** Social work; technology; intellectual production.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Quantitativo de teses e dissertações que discutem a relação entre serviço social e tecnologia - 2018 a 2022. ....	39
<b>Gráfico 2</b> – Quantitativo de artigos sobre o tema serviço social e tecnologia publicados nos Anais de eventos da área - 2018 a 2022.....	40
<b>Gráfico 3</b> – Quantitativo de artigo de periódicos com classificação A1 e B3 encontrados em razão aos anos .....	42
<b>Gráfico 4</b> – Crescimento/redução na quantidade de trabalhos sobre o tema encontrados nas fontes de pesquisa selecionadas, entre 2018-2022.....	43
<b>Gráfico 5</b> – Regiões do Brasil na qual os artigos dos periódicos A1 e A2 se vinculam.....	51
<b>Gráfico 6</b> - Titulação dos autores dos artigos de periódicos.....	53
<b>Gráfico 7</b> - Tendências do debate sobre o tema identificadas em artigos de periódicos com classificação A1 e A2.....	54

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Número de trabalhos publicados sobre o tema, considerando o conjunto das fontes selecionadas, entre os anos de 2018 e 2022.....43
- Quadro 2** – Tendências e Subtendências identificadas no conjunto dos 180 trabalhos identificados.....43
- Quadro 3** – Títulos dos artigos sobre o tema serviço social e tecnologia publicados em periódicos classificados na área nos estratos A1 e A2 - 2018-2022.....47

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>DE QUAL LUGAR PARTIMOS? .....</b>	<b>24</b>
2.1	COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DE CAPITAL E AVANÇOS TECNOLÓGICOS .....	24
2.2	TECNOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL.....	30
<b>3</b>	<b>TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS.....</b>	<b>38</b>
3.1.	APONTAMENTOS SOBRE AS TRÊS FRENTES DE PESQUISA.....	38
3.2.	ANÁLISE GERAL DAS TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS NOS ARTIGOS DE PERIÓDICOS ENTRE CLASSIFICAÇÃO A1 e A2.....	47
3.3	TECNOLOGIA, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL.....	55
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É incontestável a crescente influência prática das inovações tecnológicas ao longo das últimas décadas. A necessidade de assimilar, em diferentes graus, as novas tecnologias é imperativa para todos os agentes históricos. No caso dos profissionais de serviço social, a situação não é diferente. As novas tecnologias têm sistematicamente penetrado em todas as esferas do trabalho profissional, incluindo o âmbito das políticas sociais e, conseqüentemente, provocando novas dinâmicas no dia a dia dos serviços prestados pelas instituições que empregam esses profissionais.

Essa evidente transformação no modo de vida mediado pelos novos avanços tecnológicos carrega consigo desdobramentos que, em face da racionalidade burguesa, tem mostrado-se potencialmente deletérios à classe trabalhadora e, portanto, à população usuária de políticas sociais e aos assistentes sociais. Podemos mencionar diversos exemplos que destacam essas implicações do ponto de vista dos trabalhadores, tais como a transição da força de trabalho para o setor informal, o subemprego, os contratos de trabalho precários, o agravamento do desemprego estrutural, a complexificação dos processos de trabalho baseados em tecnologia avançada, a utilização das novas tecnologias para a venda de força de trabalho em condições cada vez mais degradantes, e os entraves interpostos para o acesso às políticas sociais mediado por ferramentas tecnológicas, entre outros.

Quando Ken Loach, na produção cinematográfica 'Eu, Daniel Blake', conta a história de Daniel, ele está, mediante a singularidade desse personagem, expondo a tônica de um tempo histórico tão desafiador. Quantas histórias, reais, não se confundem com a de um homem que, após sofrer uma enfermidade cardíaca e ser aconselhado por profissionais médicos a abster-se de suas atividades laborais, empreende esforços para acessar os recursos assistenciais fornecidos pelo governo destinados a indivíduos em circunstâncias semelhantes, e se depara com as complexidades intrincadas do aparato burocrático estatal, agravadas pela sua falta de competências digitais? No momento em que Marcelo Gomes documenta a realidade da produção de jeans na cidade de Toritama (PE)<sup>1</sup>, o quão universal não são as individualidades dos trabalhadores que laboram produzindo jeans, em suas próprias residências, mais de 12 horas diárias, sob a prerrogativa de serem donos do seu próprio negócio?

---

<sup>1</sup> O documentário em questão chama-se: "Estou Me Guardando Para Quando Carnaval Chegar" (2019), dirigido por Marcelo Gomes.

É evidente, no entanto, que tais problemáticas não são determinadas pelos avanços tecnológicos, e sim, como dito, pela conjunção entre racionalidade burguesa, crise estrutural do capital e inovações tecnológicas.

Ao falar da crise estrutural do capital, István Mészáros (1998, p.1), no texto “*The uncontrollability of globalizing capital*”, assevera que:

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

Tais mudanças fundamentais, por sua vez, estão muito fortemente atreladas à necessidade de avançar tecnologicamente com vistas a preservar e, quase sempre, ampliar as taxas de lucro dos grandes conglomerados capitalistas, mediante uma maior espoliação do trabalho alheio. Isto é, utilizar-se das novas tecnologias sob o prisma teleológico proveniente da racionalidade burguesa.

As novas tecnologias, assim sendo, são incorporadas aos processos laborativos com intuito de extrair mais trabalho, sem a imprescindibilidade de empregar uma quantidade maior de trabalhadores. Gesta-se, nesse cenário, a possibilidade, inclusive, de reduzir a quantidade de trabalhadores e, mesmo assim, obter uma quantidade maior de trabalho em razão das décadas nas quais tais tecnologias não haviam sido objetivadas.

Vivemos, deste modo, em tempo de supressão das fronteiras espaciais e temporais, em uma lógica de compressão do tempo-espço (Harvey, 2017), fruto da financeirização do capital, da reestruturação do modo de produzir e reproduzir a vida e da consequente invasão das novas tecnologias nos diversos poros da vida social, com destaque para o surgimento das chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Essa modalidade tecnológica forja, pois, um novo tipo de vendedor de sua força de trabalho, o chamado trabalhador informacional-digital (Antunes, 2018), que tem os processos de trabalho nos quais se insere visceralmente mediados pelas plataformas digitais e dependentes das empresas que as comandam. Tem-se, portanto, uma acentuação, cada dia maior, da subsunção real do trabalho para com o capital.

Portanto, o capital vem, de modo sistêmico, expropriando o tempo livre do trabalhador com vistas a torná-lo (o tempo) produtivo de capital, ao passo que o trabalho improdutivo de capital, isto é, o trabalho que não produz mais valor, também vem sendo reiteradamente



expropriado, mediante constantes privatizações dos serviços públicos (ou até mesmo a extinção destes), novas formas, produtivas, de contratação de servidores estatais, terceirização, entre outros. Os direitos socialmente conquistados estão, paulatinamente, sendo expropriados. Expropriação essa que continua a ser "inscrita nos anais da humanidade em letra de sangue e fogo" (Marx, 2008, p.829)

Dado que os assistentes sociais operam no contexto do processo de reprodução das relações sociais capitalistas e são chamados a conciliar aspectos, em sua essência, inconciliáveis, ou seja, mediar o conflito entre o capital e o trabalho (Carvalho; Yamamoto, 2014), esses profissionais são afetados duplamente pelos avanços tecnológicos: por um lado, são convidados pelo capital a mitigar os efeitos, na vida dos usuários, resultantes da incorporação de novas tecnologias na vida social e nos processos produtivos; por outro, como membros da classe trabalhadora, também veem seu trabalho sendo indubitavelmente afetado pelos avanços tecnológicos, em semelhança ao que ocorre com os usuários (em essência, trabalhadores) que buscam seu serviço profissional .

Sendo duplo o impacto das inovações tecnológicas ao trabalho dos assistentes sociais, torna-se precípua, aos nossos tempos, que estes busquem compreender a dimensão da tecnologia em suas múltiplas determinações. Todavia, conforme evidenciaremos, é apenas a partir de 2018 que as reflexões acerca da tecnologia ganham mais espaço no Serviço Social, a despeito do destaque material que vêm recebendo, nas últimas décadas, as novas tecnologias. Em uma busca aproximativa com as diversas bases de dados, assim sendo, nos deparamos com pouquíssimos trabalhos que versavam sobre a relação do serviço social com as novas tecnologias no período anterior a 2018, apesar dos esforços empreendidos, no início do ano 2000, pela professora Luziele Tapajós e pelo professor Renato Velloso com vistas a evidenciar a supracitada temática.

Em outras palavras, não se apropriar teoricamente das implicações do uso das novas tecnologias denota, por consequência, uma semi-ausência de reflexões que, por meio da representação ideal do movimento real do fenômeno, um não desvelamento da realidade na qual o trabalho do assistente social se dá. Sem desvelar o real no qual a atuação profissional se realiza, a prática profissional do assistente social torna-se, necessariamente, pragmática. E desvelar o real, vale destacar, não é simplesmente denunciá-lo em suas manifestações fenomênicas, é compreendê-lo em sua totalidade, enquanto um todo complexo, contraditório e dinâmico. Eis, pois, a importância de a categoria se apropriar do acervo teórico disponível sobre o tema da tecnologia e seus impactos no contexto da sociedade de classes, bem como da

realização de novos estudos considerando as particularidades presentes no cotidiano do trabalho profissional.

Em vista disso, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como foco principal analisar os fundamentos e as reflexões expressos na produção intelectual do serviço social brasileiro - especificamente nos periódicos classificados na área entre os estratos *Qualis* A1 e A2 - sobre o tema serviço social e tecnologia. Neste sentido, pretendemos, identificar as tendências teóricas que têm orientado a produção intelectual da área acerca da relação entre serviço social e tecnologia e, com isso, apreender em que medida os assistentes sociais têm se debruçado a compreender os avanços tecnológicos com os quais se defrontam no cotidiano profissional e as possíveis lacunas atinentes a este debate no terreno da profissão.

Para tanto, este trabalho, para além da presente introdução, contará com mais dois capítulos. No primeiro deles, intitulado 'De onde partimos?', faremos uma breve revisão de literatura, indicando nossa posição em relação à dimensão da tecnologia e da relação desta com o serviço social. Já no segundo, por sua vez, vamos expor as tendências de debate acerca da relação do serviço com a tecnologia identificadas a partir de teses e dissertações, de anais de eventos e, sobretudo, de periódicos da área do serviço social (as três frentes de pesquisa). No mesmo capítulo, ainda, iremos analisar, de modo mais pormenorizado, os artigos provenientes de periódicos com classificação A1 e A2, buscando aprofundar uma das tendências de debate encontradas.

Vale destacar, ademais, que o presente trabalho é resultado de questionamentos e análises propiciados pela experiência de pesquisa no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) no projeto intitulado: Serviço Social e Novas Tecnologias: a produção intelectual da área, coordenado pelo professor Jaime Hillesheim, também orientador deste TCC.

A perspectiva teórico metodológica que orienta este TCC está localizada no campo do materialismo dialético, particularmente no método crítico de Marx, de natureza ontológica. Este método, tal qual afirma o professor José Paulo Netto, consiste no movimento de elevar-se do abstrato ao concreto (Netto, 2011). Em outras palavras, é um método que possibilita a apreensão intelectual de um determinado objeto através da perspectiva de totalidade, valendo-se da coisa (objeto) em si, e não do que o pesquisador compreende que cabe à coisa em si ser.

Vale ressaltar que, tendo em vista o caráter ontológico deste método, é o objeto que mostrará o caminho para conhecê-lo, e não a vontade do sujeito cognoscente. A posição do

sujeito perante o objeto - modo pelo qual Netto (2011) refere-se ao método depende, antes de mais nada, das próprias determinações do objeto. Portanto, a construção do método foi coetânea ao desvelamento das determinações inerentes ao objeto.

Parte-se, aqui, do pressuposto que, com vistas a elevar-se do abstrato ao concreto, isto é, reproduzir idealmente o movimento real de um dado ser, faz-se precípuo ter em mente que a "coisa em si" não manifesta-se de imediato ao ser humano. Para compreendê-la, é basilar que o sujeito pesquisador realize, nas palavras do filósofo Karel Kosik (1989), um certo *détour* (desvio). Desvio esse que corresponde com a busca da particularidade fenomênica com vistas a apreensão da essência na qual o fenômeno se firma. Nas palavras de Kosik (1989),

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive graças ao seu contrário (Kosik, 1989, p.11).

A esfera da fenomenalidade, neste contexto, revela-se simultaneamente veraz e ilusória, embora incontestavelmente real, já que a essência se encontra manifesta no âmbito fenomênico.

Sob esse prisma, este trabalho busca ultrapassar as determinações mais aparentes do objeto, sem descartá-las, com vistas a explicar a tecnologia em si. Para tanto, enquanto mediação necessária, se valerá das principais categorias concernentes à crítica da economia política, particularizadas à formação social brasileira e o objeto em questão, bem como do legado teórico marxiano e marxista validados pelo movimento histórico. Fez-se indispensável, também, como já mencionado, buscar as particularidades, que conformam o campo das mediações, do aludido objeto com intenção de ultrapassar as determinações mais aparentes do ser em questão, desvelando as determinações mais simples e voltando à análise da singularidade. Esse processo de sucessivas aproximações, entendemos, revela nosso esforço para captar o concreto-concreto, tornando-o concreto- pensado<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> "O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade no diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação" (Marx; Engels, 2008, p.258-259)

A metodologia utilizada para captar o objeto em suas múltiplas determinações foi uma pesquisa bibliográfica de abordagem quali-quantitativa. A escolha dessa abordagem foi em virtude de que, conforme Lefebvre (1991, p.211),

Tão somente a quantidade permite que nosso mundo qualitativo tenha uma estrutura definida, sem deixar de ser qualitativo. No devir, a qualidade dura, se prolonga, se repete, conserva-se a mesma no curso de um crescimento quantitativo gradual. [...] Por conseguinte, a quantidade introduz a continuidade concreta, a gradualidade. Mas introduz também a descontinuidade. O ser qualitativo considerado em sua relação com a quantidade, manifesta-se como uma unidade concreta, a unidade de vários instantes sucessivos, durante os quais a qualidade não se modifica.

Antes, contudo, de iniciarmos propriamente a referida pesquisa bibliográfica, foi feita uma revisão de literatura sobre o tema da tecnologia e elaboradas sínteses das referências teóricas propostas pelo professor orientador. Dentre as bibliografias utilizadas, destacam-se *O Capital* - livro I (Marx), "*O Conceito de Tecnologia*" - volume I (Álvaro Vieira Pinto). O mesmo foi feito em relação aos debates existentes no interior do serviço social, mais especificamente relacionados a questões que julgamos pertinentes para o debate do serviço social e da tecnologia. Dentre a literatura selecionada destacamos "*A instrumentalidade do serviço social*" (Guerra, 2014). Além disso, nos apropriamos de discussões de outros atores que têm se debruçado sobre as transformações no mundo do trabalho em face dos avanços tecnológicos, tais como as de Ricardo Antunes (anos de publicação das obras citadas no tcc) e de Rafael Grohmann, (2020).

Em um segundo momento, deu-se início a pesquisa bibliográfica através de três principais frentes de pesquisa: artigos de periódicos; trabalhos publicados em anais de eventos e teses e dissertações. Neste momento, passamos a nos ambientar com as plataformas digitais nas quais a bibliografia visada estava contida

Feito isso, acessou-se a plataforma Sucupira com vistas a identificar as revistas que se enquadram nos critérios de classificação previstos nos projetos de pesquisa supracitados. Apesar das instabilidades da plataforma, foi possível, com algum custo, baixar uma tabela das revistas da área de serviço social com suas respectivas avaliações. Todavia, tal tabela não estava organizada pela ordem de classificação de cada revista. Sendo assim, foi feito um trabalho no sentido de segmentar os periódicos de acordo com a nota de classificação. No percurso dessa segmentação, a coordenação de comunicação social da CAPES publicou um documento no qual as revistas estão separadas por classificação, considerando um novo

quadriênio (2017-2020). Logo, o documento emitido pela CAPES possibilitou continuar a separação das revistas de modo mais rápido e eficiente.

Feito esse movimento, todas as revistas de caráter internacional foram imediatamente descartadas, ficando, pois, apenas as nacionais. Na sequência, acessou-se o site de cada revista mediante a busca pelo nome do periódico na ferramenta de pesquisa do *Google*. O objetivo, nesse momento, era familiarizar-se com os diversos portais eletrônicos nos quais as revistas se encontram e analisar as possíveis dificuldades que poderiam emergir, no trato com os portais e seus sistemas de busca, ao longo da coleta dos dados.

Através do acesso ao *site* de cada revista, percebeu-se que a grande maioria deles não possuía ferramentas de busca que nos garantisse, com precisão, a identificação das publicações sobre o tema a partir dos descritores elencados<sup>3</sup>. Isto é, não haveria possibilidade, em grande parte das revistas, de filtrar os artigos por meio de tais descritores. Portanto, fez-se necessário fazer esse processo manualmente na maior parte dos periódicos. Sendo assim, procurou-se pelos descritores no título, resumo e nas palavras-chave de cada artigo. Para considerá-lo apto à coleta preliminar, o descritor buscado precisava estar, ao menos, em um desses itens. Já nos periódicos que possuíam ferramentas de busca mais funcionais, o processo deu-se utilizando-as.

O emprego criterioso dos descritores neste contexto específico permitiu estabelecer com precisão os limites da pesquisa, mitigando, desse modo, a possibilidade de obtenção de resultados pouco relevantes e pouco precisos. Ademais, sob a perspectiva acadêmica, tal abordagem conferiu uma maior objetividade à pesquisa, na medida em que, ao adotar o mesmo conjunto de descritores, a mesma base de dados e os mesmos critérios de seleção, outros investigadores poderão chegar aos mesmos resultados.

Após essa coleta preliminar, foi feita uma leitura do resumo e, quando necessário, da introdução dos trabalhos coletados, e estes foram separados de acordo com três classificações: 1) o descritor enquanto eixo central da discussão do artigo; 2) o descritor enquanto eixo subsidiário da discussão do artigo; 3) artigo sem relação com o descritor. Para fins de análise, apenas foram considerados os artigos que se enquadram no primeiro critério estabelecido. Todos os trabalhos relativos ao eixo um, assim sendo, foram impressos e lidos integralmente com vistas a identificar e analisar os fundamentos expressos nos artigos em questão sobre o

---

<sup>3</sup> Os descritores são: “serviço social e tecnologias”; “serviço social e informação”; “serviço social e tecnologias da informação e da comunicação”; “serviço social e avanços tecnológicos”; “serviço social e inovação tecnológica”, “serviço social e trabalho remoto”; “serviço social e teletrabalho”; “serviço social e plataformas digitais”; “serviço social e mídias sociais”, “serviço social e mundo das redes” e serviço social e vigilância socioassistencial”

tema serviço social e tecnologia. No corpo do texto de cada um dos trabalhos, foram feitas as anotações pertinentes e, mediante elas, os artigos foram separados, manualmente, de acordo com as tendências de debate identificadas<sup>4</sup>.

Há que se destacar, por oportuno, que este procedimento de pesquisa junto aos periódicos antes mencionados constituiu um dentre outros que integraram um levantamento mais amplo, no contexto da pesquisa de Iniciação Científica da qual fomos bolsista, envolvendo produções sobre o tema publicadas em forma de dissertação e de teses e de artigos em Anais de eventos científicos nacionais e internacionais realizados no Brasil há mais de dez anos, na área do serviço social, tudo entre os anos de 2018 e 2022. Esta proposta de pesquisa em nível de iniciação científica está, por sua vez, articulada a outra, também de iniciação científica, na qual se investiga o uso das mídias sociais por assistentes sociais para fins profissionais. E, ambas estão vinculadas a duas outras mais amplas: *Serviço social, trabalho e inovações tecnológicas*, sob a coordenação do Prof. Jaime Hillesheim (UFSC); e *Os desafios do acesso e das intervenções profissionais nas políticas sociais diante das tecnologias de Informação e de comunicação (TIC)*, sob a coordenação da Profa. Yolanda Guerra (UFRJ). Esta última com financiamento do CNPq por meio da Chamada CNPQ/MCTI/FNDCT n.º 40/2022.

Portanto, aqui, neste trabalho monográfico, optamos em fazer uma análise diferenciada da produção sobre o tema serviço social e tecnologia, tendo como fontes privilegiada os periódicos classificados na área nos estratos<sup>5</sup> já mencionados.

---

<sup>4</sup> O mesmo processo, assim sendo, foi feito em relação aos trabalhos publicados em anais de eventos. Os eventos dos quais extraiu-se os trabalhos, nessa direção, foram aqueles de caráter nacional ou internacional, realizados no Brasil, que estivessem, pelo menos, na sua décima edição e cujos trabalhos se encontrassem disponíveis em home page próprias dos eventos identificados. No tocante das teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) percorreu-se, também, o mesmo caminho. Vale ressaltar que tanto nos anais como nas teses e dissertações foram usadas ferramentas de busca e não fez-se necessário, pois, buscar manualmente os trabalhos.

<sup>5</sup> A classificação utilizada foi a proveniente do quadriênio 2017-2020.

## 2 DE QUAL LUGAR PARTIMOS?

O conhecimento teórico, indubitavelmente, é um mediador ao processo de desvelamento do real em suas múltiplas determinações. Não é aplicável ao real, como muitos gostariam que fosse, mas sim reflexo, não mecânico, desta realidade complexa e dinâmica. Portanto, buscamos, através de teorias com validação histórico-social - isto é, validadas pelo movimento da história - compreender, para além de suas manifestações fenomênicas, o que é a tecnologia, bem como situar a racionalidade que está por detrás da produção, da apropriação e do uso das novas tecnologias nos diversos poros da sociedade capitalista. Entendemos, assim sendo, que não há como analisar os fundamentos expressos na produção intelectual do serviço social brasileiro sobre o tema serviço social e tecnologia, sem, antes, compreender, teoricamente, a dimensão da tecnologia. Faz-se, pois, basilar explicar, aqui, de qual compreensão partimos.

### 2.1 COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DE CAPITAL E AVANÇOS TECNOLÓGICOS

A acumulação é condição ineliminável do modo de produção capitalista, uma vez que este se erige em torno da constante valorização do valor, isto é, da reprodução do capital em escala cada vez mais ampliada. À medida em que o valor se valoriza, de um lado, a concentração e centralização de capital se acentuam e por outro, se intensifica a expropriação entre classes (capitalista - trabalhadora) e entre classe (capitalista - capitalista). Entretanto, a acumulação de capital não constitui-se enquanto grandeza invariável, podendo, pois, em razão do componente variável da acumulação capitalista, alterar-se ao longo do processo histórico. E é dessa alteração que, justamente, desabrocha a necessidade de modificar, face a diminuição no ritmo da acumulação, a composição orgânica de capital (Marx, 2013).

Em termos de tendência geral, tal qual Marx (2013) pontuou em *O Capital*, a composição orgânica do capital necessita, constantemente, em razão da queda tendencial das taxas de lucro, reorganizar-se em sua proporção. O supracitado autor, ao analisar as determinações que regem a exigência em alterar-se a proporcionalidade entre capital constante e capital variável, depara-se com dois momentos particulares e constituintes da acumulação capitalista. O primeiro deles diz respeito ao momento em que não faz-se preciso alterar a composição do capital, em razão de uma demanda crescente de força de trabalho proveniente do próprio processo de acumulação. Já o segundo momento, por sua vez, é quando a acumulação (juntamente com a concentração e centralização de capital) já atingiu níveis

estratosféricos e, para continuar crescendo em ritmo promissor, faz-se preciso, de modo relativo, diminuir os gastos com a parte variável do capital. Este segundo ritmo de acumulação tem sido, por sua vez, a tônica das últimas décadas.

Sob esse prisma, o primeiro momento da acumulação capitalista, conforme exposto por Marx (2013), não se sustenta por muito tempo, já que, ao não alterar a proporção entre capital constante e variável, não se consegue conter a diminuição da acumulação de capital. Isto é, na medida em que há uma ampliação da acumulação de capital e se mantém inalterada a sua composição orgânica (aumento proporcionalmente igual entre o valor gasto com a compra da força de trabalho e dos meios de produção), a tendência é que a demanda por e força de trabalho aumente, na medida em que a oferta mantém-se inalterada. Tal fato, por sua vez, ocasiona um crescimento da taxa de emprego e, como consequência, dos salários. Mediante salários maiores, a classe trabalhadora, paulatinamente, se apropria de uma parcela do mais-valor socialmente produzido. Apropriação essa que pode, com o passar do tempo, aumentar o valor da força de trabalho e, pois, a apropriação do mais-valor por parte dos capitalistas. Como resultado desse processo de acumulação que não altera a composição orgânica do capital, tem-se a tendência a redução da taxa de lucro, em razão da alta empregabilidade.

Enquanto momento de acumulação, como se afirmou, a situação supracitada não se sustenta por muito tempo, haja vista que a produção de teleologia no modo de produção capitalista vislumbra, sempre, a busca por mais lucro. Com a queda das taxas de lucro, o capital, portanto, necessita reorganizar-se mediante a alteração na composição orgânica de capital. Alteração essa que é feita na grandeza problemática da equação: o capital variável. Sendo assim, em termos relativos, os detentores dos meios de produção e consumidores da força de trabalho aumentam o capital constante e diminuem o capital variável, o que, sob o ponto de vista da composição técnica de capital, significa o aumento relativo dos meios de produção face a diminuição relativa do trabalho vivo. Esse, conforme Marx (2013), constitui-se enquanto o outro momento da acumulação capitalista e tem imperado nos nossos dias.

Com o aumento relativo do capital constante, há uma prevalência do trabalho morto sobre o trabalho vivo, isto é, do capital fixo e circulante sobre o variável. A demanda por força de trabalho, nesse caso, reduz e, em contrapartida, a oferta desta permanece a mesma. Logo, a empregabilidade, juntamente com os salários, diminui, e a taxa de lucro volta à normalidade. Contudo, a cada crise capitalista, agora em razão sobretudo da superacumulação, tem-se, novamente, a necessidade de alterar a composição orgânica do



capital mediante o aumento relativo do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Portanto, tendo em vista o caráter orgânico, estrutural e cíclico das crises capitalistas, o aumento relativo e absoluto do capital constante tem-se mostrado uma tendência face a outra tendência histórica: a queda das taxas de lucro. Tendências essas que foram mais que escancaradas mediante a crise estrutural do capital a partir da década de 1970. Como nos ensina Marx (2013, p. 528), o capitalismo necessita, sempre, promover o revolucionamento do processo de produção e o faz à custa dos trabalhadores. Ao analisar os processos que envolvem os componentes, a reposição, o reparo e a acumulação do capital fixo ele assevera que

Os meios de trabalho são, em grande parte, constantemente revolucionados pelo progresso da indústria. Eles não são, por isso, substituídos em sua forma original, mas na forma revolucionada. Por um lado, a massa do capital fixo que é investido numa determinada forma natural e tem de perdurar no seu interior durante um determinado tempo médio de vida constitui uma razão para a introdução gradual de novas máquinas etc. e, por conseguinte, um obstáculo à rápida introdução geral de meios de trabalho melhorados. Por outro lado, a luta concorrencial, especialmente quando se trata de revolucionamentos decisivos, força a substituição dos antigos meios de trabalho por novos antes que os primeiros tenham chegado ao término natural de sua vida. São principalmente as catástrofes, as crises que forçam tal renovação prematura dos equipamentos industriais em grande escala social (Marx, 2014, p. 252-253).

Nessa esteira, o incremento do capital fixo mostra-se enquanto solução histórico-estrutural frente a supracitada tendência, assim como vem impactando sistematicamente, também no tempo presente, todas as esferas da vida social, em especial o mundo do trabalho. Tal incremento, por sua vez, tem sido possibilitado, historicamente, pelos avanços tecnológicos sob a égide do capital. Estes viabilizam o aumento da produtividade do trabalho e de, em contrapartida, reduzir, em razão das necessidades de acululação, a quantidade de força de trabalho empregada na produção e comercialização de mercadorias. Tais avanços tecnológicos, na cena do capital, podem ser percebidos desde a manufatura, passando pela grande indústria, até processos produtivos que atualmente se utilizam, majoritariamente, de tecnologias de base digital-informacional.

No entanto, vale destacar que os efeitos considerados deletérios do ponto de vista da classe trabalhadora dos avanços tecnológicos não residem na própria tecnologia, como se ela, em si, pudesse ser inerentemente maléfica. Muito pelo contrário, a tecnologia é expressão da atividade humana - sobretudo no que diz respeito a produção de métodos e artefatos -, diretamente correlacionada com a capacidade teleológica do ser humano e tem a potencialidade de, cada vez mais, humanizar a humanidade, isto é, de permitir que o ser social

transponha-se diante dos limites da natureza por meio de suas próprias criações (PINTO, 2005). O cerne da problemática dos avanços tecnológicos resulta, portanto, da racionalidade humano-burguesa de uso da tecnologia. Modo de pensar e agir esse que é atinente a busca desenfreada por uma acumulação sem precedentes. Como afirma Marx (2013, p.445, grifo nosso),

John Stuart Mill, em seus *Princípios da economia política*, observa: "É questionável que todas as invenções mecânicas já feitas tenham servido para aliviar a faina diária de algum ser humano". Mas essa [Marx afirma] não é em absoluto a finalidade da maquinaria **utilizada de modo capitalista** [...]. A maquinaria é meio para a produção de mais-valor.

Na sequência, ao analisar a introdução da maquinaria (tecnologia sob a forma capital constante) aos processos produtivos, Marx (2013, p.475-476), novamente, assevera que:

Se a maquinaria é o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se converte, como portadora do capital nas indústrias de que imediatamente se apodera, no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho para além de todo o limite natural. Ela cria, por um lado, novas condições que permitem ao capital soltar as rédeas dessa sua tendência constante e, por outro, novos incentivos que aguçam sua voracidade por trabalho alheio.

Portanto, como fez-se possível desnudar, a centralidade de toda a crítica aos desdobramentos desenvolvimento das forças produtivas propulsado pelos avanços tecnológicos deve incidir no modo capitalista de uso destes, e não diretamente sobre as novas tecnologias. O que não significa, obviamente, fechar os olhos diante da barbárie resultante do uso burguês da tecnologia.

Como Marx (2013) constatou, os avanços tecnológicos são mecanismos que encurtam o tempo de trabalho necessário e, por consequência, diante da racionalidade burguesa, aumentam o tempo de trabalho excedente, isto é, o mais-valor, em especial, o relativo. Sendo assim, invariavelmente, o incremento do capital constante ocasiona a redução do valor da força de trabalho e, na medida em que o valor da força cai, a tendência é que, com o passar do tempo, o salário siga o mesmo caminho. Na mesma direção, a redução do tempo de trabalho para produção de uma mercadoria culmina na necessidade de menos trabalhadores para a produção de uma mesma, ou até maior, quantidade de mercadorias.

Logo, a classe trabalhadora, ao contribuir para a acumulação de capital, gesta as condições que a situam, em termos relativos, como uma população supérflua (Marx, 2013, p.707). Em outras palavras,

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.

Os rebatimentos do aumento da produtividade do trabalho mediado pelos avanços tecnológicos são ainda mais pungentes na periferia do capitalismo, em especial no Brasil. Segundo Clóvis Moura (1984), o mercado de trabalho livre brasileiro nasce com uma gigantesca população trabalhadora excedente - majoritariamente negra -, excedência essa que o autor denominou de franja marginal<sup>6</sup>. Em 1882, nas cinco principais Províncias do País, "número de desocupados [...] somava quase o dobro de trabalhadores livres" (Moura, 2021). Portanto, o mercado de trabalho livre brasileiro, desde sua gênese, é constituído pela informalidade, subempregos, salários baixos, jornadas de trabalho mais longas e intensas. Mazelas essas que tendem a se agravar ao passo em que se amplia a acumulação capitalista tendo como um dos pilares os avanços tecnológicos.

A constituição desta franja marginal e o caminho por esta aberto à superexploração da força de trabalho, por seu turno, ergue-se enquanto um mecanismo compensatório face às sistemáticas transferências de valor entre os países de capitalismo central e dependente. Como assevera Marini (2000, p.121), "[...] frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, pode-se identificar - sempre no nível das relações internacionais de mercado - um mecanismo de compensação". Portanto, os trabalhadores da periferia do capitalismo são ainda mais atingidos pelo uso burguês das novas tecnologias.

---

<sup>6</sup> Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa *franja* foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar." (MOURA, 1984, p. 133).

As crises capitalistas, nessa direção, agudizam, ainda mais, os mecanismos compensatórios das transferências de valor, bem como as mazelas enfrentadas - ainda que de modo diferenciado - por trabalhadores de todo o globo. A vista disso, a partir da crise estrutural do capitalismo (Mészáros, 1998), de uma crise na estrutura do sistema sociometabólico do capital, isto é, crises de caráter mais profundo e com um menor intervalo de tempo entre si, a necessidade em se avançar tecnologicamente fez imperativa a manutenção do *status quo* capitalista. Vale ressaltar, nessa esteira, que o desenvolvimento abissal das forças produtivas impulsionada pelos avanços tecnológicos e a consequente acumulação sem precedentes foi, também, a mola propulsora ao engendramento da crise estrutural do capital após a Segunda Guerra Mundial.

Tendo em vista que "[o] capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga" (MARX, 2013, p. 307) - ou seja, uma relação social onde o trabalho morto comanda o trabalho vivo - a crise e desenvolvimento do capital não se configuram enquanto dimensões apartadas. Ao contrário, a crise é alavanca do desenvolvimento capitalista. Ela tende a, cada vez mais, impulsionar o crescimento do trabalho morto face ao vivo. Isso, no entanto, não significa dizer que, sob o ponto de vista da classe trabalhadora, as crises não tenham consequências nefastas ao cotidiano de vida desta classe.

A partir de meados da década de 1980, os rebatimentos da crise estrutural do capital na vida da classe trabalhadora - nas condições de trabalho desta, nos direitos socialmente conquistados - podiam ser empiricamente constatáveis (Mészáros, 2020) nas diversas esquinas do mundo. Na mesma intensidade em que o desenvolvimento das novas tecnologias - em especial as TIC - percorria um ritmo inimaginável, ritmo esse consoante ao crescimento sem limites do capital.

É nesse cenário que despontam diversas sequelas do desenvolvimento do capital, como aumento no emprego precário e informal, com um número maior de trabalhadores empregados em contratos temporários, trabalho autônomo, desemprego massivo e aumento da superpopulação relativa, surgimento de profissões ultra especializadas, maior subsunção real do trabalho ao capital, necessidade de munir-se das novas competências tecnológicas, processos de trabalho majoritariamente mediados pelas TIC, trabalhadores tendo que custear parte dos meios de produção necessários ao seu trabalho, entre tantas outras mazelas.

A década de 1980 é, nessa direção, sistematicamente atravessada pelo pungente desenvolvimento das TIC, cujas bases são desenvolvidas já na década anterior com a invenção do microprocessador, e do microcomputador, bem como do grande desenvolvimento

da engenharia genética (Castells, 1999). Tais tecnologias, por sua vez, a despeito de seu surgimento ser coetâneo ao próprio desenvolvimento do trabalho e da linguagem, nas últimas décadas do século passado, elas ganharam uma nova feição: a digitalização a partir do advento da internet.

AsTIC de base digital, especialmente a partir do início do século XXI, passaram a ser um elemento mediador dos diversos processos de trabalho, bem como possibilitaram a automação de várias etapas dos processos de produção, incluindo o controle de maquinário e sistemas industriais, mediante o desenvolvimento e a implementação de algoritmos avançados, incluindo algoritmos de inteligência artificial, aprendizado de máquina e processamento de dados. As TIC passaram, também, a ser utilizadas para coletar uma ampla variedade de dados, assim como a oferecer ferramentas e técnicas para processar e analisar grandes conjuntos de dados, entre diversas outras finalidades.

Vale reiterar que o desenvolvimento desta modalidade tecnológica não é algo, em si, ruim. Faz parte do desenvolvimento do ser social, sendo, pois, fruto de práxis humanas diversas. O cerne do problema estará sempre na apropriação e no uso, por parte da burguesia, dessas objetivações humanas.

À vista disso, faz-se imprescindível que qualquer análise acerca dos desdobramentos da tecnologia e dos avanços tecnológicos não parta de uma perspectiva maniqueísta, ora endeusando os avanços tecnológicos, outrora condenando-os aos ventos da satanização. O destaque merecido deve, sempre, centrar-se no uso capitalista destas tecnologias. Afinal, convenhamos, qual é o perigo de uma bomba atômica se ninguém acioná-la?

## 2.2 TECNOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

A discussão do serviço social acerca da dimensão da tecnologia é coetânea ao próprio desenvolvimento desta profissão que é inserida na divisão social e técnica do trabalho enquanto especialização do trabalho coletivo (Iamamoto, 2008). Sendo assim, este debate acompanha as reflexões dos assistentes sociais desde os primórdios da profissão, não sendo, pois, uma reflexão recente em âmbito acadêmico-profissional. O serviço social esteve, pois, sempre preocupado com o que fazer, como fazer e pra que fazer, ainda que sob uma perspectiva estritamente conservadora. Por outro lado, é preciso situar melhor esta nossa afirmação, pois o fato de o trabalho profissional do assistente social, como práxis humana, ser impensável sem o desenvolvimento de tecnologias e de técnicas, não significa que este fato

foi sempre entendido a partir da perspectiva que aqui defendemos, com base nos pressupostos apresentados por Álvaro Vieira Pinto (2005).

Conforme este intelectual, existem quatro principais interpretações sociais sobre o conceito de tecnologia, a saber: a) tecnologia como logos da técnica ou epistemologia da técnica; b) tecnologia como sinônimo de técnica; c) tecnologia no sentido de conjunto de todas as técnicas de que dispõe determinada sociedade; d) tecnologia como ideologização da tecnologia. Sendo assim, ao preocupar-se com a dimensão da técnica, o Serviço Social esteve sempre refletindo sobre a tecnologia, ainda que seja pela pleiteando novas técnicas sociais à profissão (Pinto, 2005).

Nas palavras do supracitado autor, a técnica é, essencialmente, "[...] a mediação na obtenção de uma finalidade consciente" (Pinto, 2005, p.174). A técnica, sendo assim, diz respeito ao ato produtivo, isto é, ao ato humano. Em outras palavras, a técnica é o modo de produzir alguma coisa, uma mediação exercida pelas ações humanas com vistas à concretização das finalidades pré-estabelecidas. Portanto, invariavelmente, o serviço social, desde a precursora Mary Richmond às atuais e importantes intelectuais da área, particularmente as brasileiras, sempre se ateve, direta ou indiretamente, à dimensão da tecnologia.

No entanto, a partir do surgimento das tecnologias de base digital, o debate acerca da relação do serviço social com as tecnologias ganha novos e mais complexos contornos, uma vez que uso das tecnologias emergentes a partir de uma racionalidade burguesa abre portas a intensificação das mazelas ontológicas ao sistema sociometabólico do capital. Isto é, a partir dos anos 1980, os efeitos nefastos da apropriação e uso burguês das novas tecnologias, em conjunto com a crise estrutural do capital, engendrou os processos reestruturação produtiva, a financeirização do capital e a redefinição das funções do Estado (SILVA, 2012) - passam a atravessar visceralmente o cotidiano de trabalho e vida dos assistentes sociais e da população atendida por este profissional. Gestam-se, nesse cenário, novas expressões da questão social, como a pobreza digital, e acentuam-se, sobremodo, as já conhecidas manifestações do conflito entre capital e trabalho.

E nesse contexto desafiador emergem, em âmbito acadêmico-profissional, importantes reflexões acerca da supracitada relação. Pode-se mencionar, por exemplo, os esforços empreendidos pela professora Luziele Tapajós - tendo como foco principal a análise dos sistemas de informação e comunicação utilizados pelo Sistema Único de Assistência Social -, e pelo professor Renato Veloso, que, a partir dos anos 2000, vem pesquisando a relação do serviço social com a Tecnologia, buscando, também, compreender

teórico-filosoficamente o que é a dimensão da tecnologia. Este pioneirismo teve o mérito de antecipar questões fundamentais que atualmente ganham ainda mais relevância, exigindo de cada um e de todos os profissionais de serviço social um esforço intelectual pautado no rigor teórico-metodológico para desvelar a complexidade das questões que envolvem o tema.

Apesar das poucas produções acerca dessa emblemática relação, o avanço das novas tecnologias invadiu sobremodo o terreno de atuação profissional dos assistentes sociais nas últimas décadas. Invasão essa que, a partir da pandemia da COVID-19, esteve mais presente nas produções intelectuais destes profissionais a respeito da referida temática.

O uso intensificado dessas novas tecnologias na dinâmica societária e, pois, no terreno profissional, potencializou o surgimento de novas maneiras de contratação de assistentes sociais - por edital, por projeto, temporário, por tempo delimitado, por tarefas, etc. - bem como fez com que estes tenham a forma de cumprimento de suas jornadas de trabalho realizadas em modalidades diversas da presencial - híbridas ou integralmente na modalidade de home office ou de teletrabalho. Além disso, os assistentes sociais passaram a estar, cada dia mais, inseridos em processos de trabalho organizados mediante bases tecnológicas digitais, como, por exemplo, em redes internas de comunicação, formulários digitais, bases de dados, dispositivos eletrônicos para interação com colegas de equipe ou usuários, como relatórios online, entre outras inserções. Essa intensificação do uso das TIC, por outro lado, exige dos assistentes sociais, o desenvolvimento de competências digitais, assim como demanda, desses, respostas profissionais mais complexas.

Os assistentes sociais, paralelamente, têm, também, conjecturado a potencialidade de venda de sua força de trabalho através de meios digitais. Nesse cenário, é possível visualizar assistentes sociais que se utilizam de redes sociais - como o *Facebook*, *Instagram*, *Tik Tok*, *Youtube*, *Linkedin etc.* - para vender, enquanto “empresário(a)-de-si-mesmo(a)”, cursos, mentorias, vídeo-aulas, apostila para concursos, camisetas e canecas com o nome da profissão, assessorias, entre tantos outros serviços/produtos. A questão aqui não é, em nenhum sentido, culpabilizá-los em razão do modo pelo qual tem se gestado suas atuações profissionais, e sim entender que este tipo de venda da força de trabalho vem, muitas vezes, da impossibilidade de vislumbrar outro tipo de atuação profissional.

No mesmo lado da moeda, encontra-se a população atendida pelo serviço social, que também é duramente atingida pelas implicações que envolvem, na dinâmica da sociedade regida pelo capital, o uso das novas tecnologias. Os avanços tecnológicos, sendo assim, atingem não apenas as condições de trabalho da população usuária das diversas políticas públicas, mas também o acesso desse segmento social aos serviços oferecidos por estas

políticas. Acesso esse que, diante da superexploração da força de trabalho<sup>7</sup> (Marini, 2000) nos países de capitalismo dependente, é elementar à reprodução destes trabalhadores, já que o valor recebido pelos proletários por seu trabalho é um valor abaixo do próprio valor da força de trabalho.

Nessa direção, o Estado capitalista vem, paulatinamente, reorganizando-se<sup>8</sup> com vistas a reduzir as despesas com o pagamento da força de trabalho, mediante a introdução de novas tecnologias no âmbito das políticas sociais.<sup>9</sup> Nesse contexto, o acesso às diversas políticas públicas passa a ser mediado pelas ferramentas digitais, o que acaba minando a possibilidade de que a população tenha contato com o assistente social antes de solicitar, por exemplo, um dado benefício social. Isto é, o serviço social vem sendo paulatinamente coibido de exercer uma de suas atribuições principais: democratizar a informação mediante uma escuta qualificada das demandas dos trabalhadores e uma consequente orientação acerca dos direitos deste segmento populacional. A dimensão político-pedagógica do fazer profissional do assistente social fica, portanto, mais que prejudicada.

Casos notáveis dessa realidade são o aplicativo "Meu INSS", concebido como portal online e aplicativo móvel pelo qual pessoas possam acessar informações sobre benefícios

---

<sup>7</sup> América Latina, ao ser chamada a coadjuvar na acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países, teve de fazê-lo por meio da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000).

<sup>8</sup> Não empregamos, aqui, a palavra neoliberalismo, uma vez que, "[...] ao contrário da hipocritamente propalada 'retirada do Estado dos assuntos econômicos' temos uma intensificação da 'ajuda estatal' à acumulação de capital, cada vez maior e mais indispensável para assegurar o funcionamento e a própria sobrevivência do capital. No âmbito do complexo de relações contraditórias entre produção e consumo (esfera privilegiada das políticas keynesianas) o Estado capitalista assume em escala sempre maior a importante função de comprador direto: seja com gastos no atendimento de necessidades reais do todo social (com a infra-estrutura produtiva e de serviços e com o apoio à reprodução da força de trabalho, os últimos chamados gastos sociais de 'legitimação'); seja na satisfação de apetites artificiais do capital, gastos improdutivos (com o financiamento da centralização de capital, subsídios aos monopólios privados, ou operações de 'salvação' de bancos falidos; e custeio da imensa máquina burocrática de administração) e gastos com o financiamento do complexo militar industrial (imensamente caro, inerentemente destrutivo e estéril para a acumulação ampliada; mas funcional para a centralização de capital e indispensável para o fortalecimento do poder imperialista)". (Barbosa, 2011, p.3). "Nessa direção, faz-se "[...] necessário criticar as formulações correntes sobre o "neoliberalismo" e a "globalização", não por causa do seu nome, mas por causa da substância incorreta do conteúdo que estas palavras conotam, pois o importante não é nomear, mas sim explicar o desenvolvimento histórico que tem ocorrido no nosso tempo" (2011, p.4).

<sup>9</sup> Como exemplo dessa problemática podemos citar o conceito de governo eletrônico, que, no Brasil, tem sua gênese nos anos 2000 e se desenvolve nos anos ulteriores. O Governo Eletrônico, assim sendo, configura-se como um conjunto de estratégias, ações e recursos digitais implementados pelo governo federal com vistas a "modernizar" e "simplificar" o acesso aos serviços públicos. Pode-se citar como exemplo dessa realidade o Portal Gov.br, que centraliza o acesso a diversos serviços oferecidos pelo governo, desde obtenção de documentos até informações sobre programas sociais, impostos, educação, saúde, entre outros.



previdenciários, acompanhar processos, solicitar de serviços e consultar informações pessoais relacionadas à previdência social, e o sistema conhecido como "Conecte SUS", que funciona como um portal digital para fornecer informações de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde. Tudo isso em um país com 36 milhões de brasileiros sem acesso à internet (TIC domicílios, 2022) e 29% da população é constituída por analfabetos funcionais (Inaf, 2018).

Todo esse contexto regressivo, por sua vez, em termos do trabalho profissional, se desdobra em dilemas éticos aos assistentes sociais e na complexificação das respostas profissionais face às demandas postas no contexto institucional. A intensificação do ritmo do trabalho profissional e as novas formas de contratação da força desse trabalho do assistente social, bem como os empecilhos digitais impostos no acesso dos trabalhadores ao seu direito, por sua vez, acabam por dirimir a autonomia relativa desses profissionais, isto é, afetam diretamente a possibilidade dos assistentes sociais escolher entre alternativas concretas, que não sejam atender as imposições institucionais tal qual elas se apresentam ou perder o emprego.

Tendo em vista que o fazer profissional é balizado por princípios fundamentais - reconhecimento da liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania no intuito de garantir os direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; defesa do aprofundamento da democracia, o que pressupõe a socialização da participação política, bem como da riqueza socialmente produzida; o posicionamento em favor da equidade e da justiça social; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; um compromisso com o constante aprimoramento intelectual e com a qualidade dos serviços prestados; a escolha de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; entre outros - essa perda substantiva da autonomia relativa afeta diretamente os princípios ético-políticos norteadores do trabalho profissional.

A despeito de o uso burguês das novas tecnologias ter desdobramentos bastante deletérios às condições de vida e trabalho tanto dos assistentes sociais como da população atendida por esse profissional, não nos cabe, face a essa realidade desafiadora, "quebramos as máquinas", tal qual os ludistas fizeram. Mais uma vez, é preciso ressaltar que o cerne dessa problemática não reside nas tecnologias em si, mas na racionalidade pelo qual se dá o uso destas. É preciso, portanto, que os assistentes sociais lutem, a partir dos preceitos que comportam a sua autonomia relativa, no sentido de imprimir uma nova racionalidade aos avanços tecnológicos, em especial as tecnologias de base digital. É, pois, necessário utilizar a

potencialidade das novas tecnologias ao engendramento da organização coletiva da classe trabalhadora, sem perder de vista a racionalidade de uso das tecnologias por parte do grande capital que detém sua propriedade.

Outro aspecto que merece um devido destaque é o com relação ao armazenamento de informações confidenciais em plataformas digitais e as implicações ético-políticas que tal armazenamento pode ocasionar ao trabalho profissional dos assistentes sociais, uma vez que os dados arquivados nas plataformas digitais apresentam um maior risco de violações de privacidade e segurança, quando comparado aos dados sistematizados em meios físicos. Tal fato é particularmente mais preocupante quando as diversas políticas sociais se utilizam de um sistema digital único ou do cruzamento de dados entre os diversos sistemas informacionais. Se, de um lado, poupa os usuários de repetir, diversas vezes, a sua história aos diferentes profissionais das políticas sociais, por outro, traz implicações ao sigilo profissional, uma vez que outros profissionais, incluindo trabalhadores de outros serviços, poderão ter acesso às informações confidenciais a um único trabalhador. Na mesma medida, se utilizar das informações já sistematizadas como critério para conceder ou não um dado benefício, pode ser um tanto prejudicial, já que as condições de vida da classe trabalhadora oscilam muito e, portanto, faz-se necessário que sempre um profissional qualificado busque relatar informações que contribuam para garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores.

O uso excessivo das novas tecnologias no âmbito dos diversos espaços sócio ocupacionais pode, também, fazer com que o assistente social, face a pouca familiaridade com as ferramentas tecnológicas, despenda um maior tempo para se consagrar enquanto um operador de sistemas, do que um profissional que atue diretamente nas diversificadas expressões do conflito entre capital e trabalho. Se considerarmos o fenômeno da obsolescência tecnológica, isto é, que, frequentemente, novas ferramentas tecnológicas, com muita rapidez, emergem e substituem as antigas, tal problemática ganha mais nuances, já que, reiteradamente, os assistentes sociais são intimados a munir-se de novas competências digitais.

Tal problemática soma-se ao fato de que, a América Latina, ao ser chamada a coadjuvar na acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, teve de fazê-lo por meio da superexploração da força de trabalho (Marini, 2000). Logo, a política social no Brasil vem no sentido de complementar o valor da força de trabalho, valor esse que é sistematicamente subtraído pela mais-valia relativa (Paiva; Ouriques, 2006). Isso já indica, de antemão, que as demandas de trabalho aos assistentes sociais já são relativamente grandes, e que, à vista disso, a necessidade de adquirir novas competências digitais torna-se mais uma

necessidade no mar de muitas outras demandas. Necessidade essa que pode ou não ser priorizada, a depender do crivo analítico do profissional e da correlação de forças no âmbito institucional.

Não há como não destacar, também, que o uso das novas tecnologias pelos assistentes sociais e pelas instituições empregadoras desse profissional, em especial para realização do teletrabalho ou trabalho remoto, impede que os assistentes sociais estabeleçam limites claros entre o trabalho e a vida pessoal e que, portanto, reservem momentos para desconectar das ferramentas digitais. O que diminui, assim, o tempo de vida livre dos supracitados trabalhadores, bem como pode levá-los à exaustão física e emocional. A expectativa de estar disponível o tempo todo para responder a e-mails, mensagens ou consultas online incide diretamente na qualidade de vida dos assistentes sociais.

É crucial, nessa direção, que os profissionais do Serviço Social estejam plenamente conscientes dos impactos adversos que a integração das novas tecnologias ao seu trabalho pode acarretar, a fim de elaborar estratégias eficazes para atenuá-los e, quem sabe, mitigá-los. Esta iniciativa, por sua vez, requer um delicado equilíbrio entre a adoção das ferramentas tecnológicas emergentes e a preservação das abordagens convencionais. É essencial que essa ação seja norteadas por um compromisso inabalável com as necessidades e interesses da classe trabalhadora, a quem os assistentes sociais prestam serviços e representam, assegurando que tais avanços tecnológicos sejam usados de maneira a complementar, e como a forma principal na qual se dá o atendimento profissional.

No entanto, entendemos que não é simples elaborar estratégias com vistas a atenuar ou mitigar os efeitos adversos correlatos ao uso das novas tecnologias no âmbito dos diversos espaços sócio ocupacionais na qual os assistentes sociais desenvolvem seu trabalho. É inconteste que estes trabalhadores - embora sejam juridicamente considerados como profissionais liberais -, não possuem uma autonomia absoluta. Pelo contrário, a autonomia destes profissionais é relativa, isto é, se dá em relação a outros determinantes e, muito frequentemente, é sobredeterminada por estes. Sendo assim, vislumbramos os limites da atuação profissional do assistente social, mas destacamos que, no âmbito desses limites, há possibilidades, ainda que muito limitadas. Entendemos, portanto, que é nestes resquícios de liberdade profissional que tais estratégias podem, com limite, ser tomadas.

Mais uma vez, precisamos reiterar que a questão elementar dessa problemática não são as novas tecnologias, e sim a racionalidade empregada no uso destas. Nesse sentido, é claro que os assistentes sociais podem e devem imprimir uma direção ético-política comprometida com o usuário no uso desta, mas, infelizmente, muitas vezes, a racionalidade empregada pela

instituição, especialmente pelos gestores da instituição, no que se refere ao uso dos avanços tecnológicos, está, quase sempre, na contramão dos princípios éticos norteadores da profissão. À vista disso, cabe também ao assistente social se opor, quando achar necessário e possível, a utilização de uma dada ferramenta tecnológica, ao invés de tentar usar tais ferramentas a partir de uma outra racionalidade.

Em síntese, essa é uma reflexão ética que deve, sempre, levar em conta elementos estruturais e conjunturais, incluindo a correlação de forças no âmbito da instituição. Não há uma fórmula pronta do que fazer. Mas há um claro indicativo de que, como afirmamos, não adianta sairmos quebrando as máquinas nas quais os processos laborativos se desenvolvem, mas, podemos, por outro lado, lutar para deixar de usar algumas ou as usar a partir de um outro prisma. Portanto, mais do que nunca, faz-se necessário que os assistentes sociais munam-s, com criticidade, de competência ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa.

### **3 TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS**

Este capítulo busca identificar e analisar as perspectivas expressas na produção intelectual da área de serviço social sobre o tema serviço social e tecnologias. Para tanto, o

dividiremos em três partes. A primeira delas faremos apontamentos gerais acerca das três frentes de pesquisa (teses e dissertações, artigos de periódicos e trabalhos publicados em anais de eventos). Na segunda parte, por sua vez, buscaremos fazer uma análise mais genérica das tendências identificadas nos artigos de periódicos entre classificação A1 e A2. Por fim, aprofundaremos uma das tendências identificadas no âmbito dos artigos de periódicos entre a classificação A1 e A2. O critério para a escolha dessa tendência que iremos pormenorizar será exclusivamente quantitativo.

### 3.1 - APONTAMENTOS SOBRE AS TRÊS FRENTES DE PESQUISA

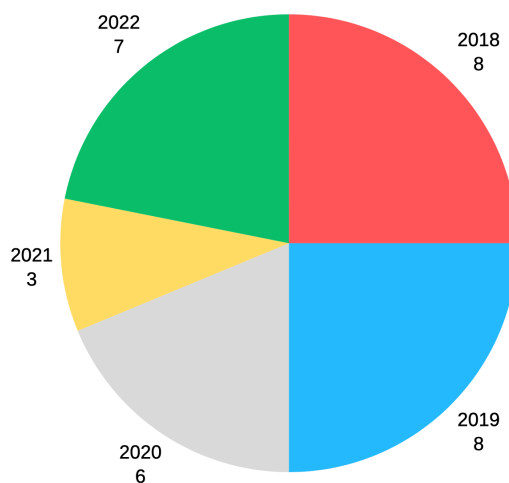
Nesta subseção, pretende-se explicar - com vistas a fornecer um panorama geral sobre a produção intelectual do serviço social acerca da sua relação com a tecnologia - alguns dos resultados encontrados ao longo do curso da pesquisa PIBIC - aqui já mencionada - referentes às três frentes de pesquisa, sendo elas: catálogo da CAPES de teses e dissertações, Anais de eventos e periódicos. Nas seções subsequentes, por sua vez, iremos pormenorizar os resultados obtidos no âmbito dos artigos publicados em periódicos, destacando as tendências do debate identificadas e aprofundando uma destas tendências.

Sendo assim, mediante o caminho metodológico já evidenciado, chegou-se a um quantitativo total de 180 trabalhos que dialogam, diretamente, com nosso objeto. Em relação às três supracitadas frentes de pesquisa, esse número desdobra-se em um quantitativo de 42 artigos publicados em periódicos, 32 teses ou dissertações e 106 trabalhos publicados em Anais de eventos. Portanto, percebe-se que o debate em torno do tema concentra-se mais nos Anais de eventos de serviço social, seguido daquele presente em artigos publicados em periódicos e, por fim, daquele disposto em teses e dissertações. Mas, considerando que, em geral, o universo de trabalhos nos Anais de eventos tende a ser bem maior em comparação com os artigos de periódicos e as teses e dissertações, em termos relativos, a quantidade de trabalhos encontrados em cada frente de pesquisa são semelhantes, ainda que de modo absoluto sejam um tanto distintos. A seguir, procuraremos elucidar este nosso argumento.

Com relação às teses e dissertações, vale destacar que, das 1.294 teses ou dissertações da área de serviço social publicadas entre 2018 e 2022 na base de dados consultada, apenas 32 delas versavam diretamente sobre o objeto desta pesquisa. Em termos percentuais, isso corresponde a 2,47% das publicações. Tal percentagem, por sua vez, revela que, a despeito da importância dessa temática ao serviço social, pouco tem-se refletido, nos últimos anos, sobre a relação entre serviço social e tecnologia. Pior, houve uma queda relativa na quantidade de

teses e dissertações publicadas no no período supracitado e que discutem a relação em tela, tal qual pode-se constatar no gráfico a seguir:

**Gráfico 01** - Quantitativo de teses e dissertações que discutem a relação entre serviço social e tecnologia - 2018 a 2022.



Elaboração: Luiza Palha Maçaneiro, 2023.

Das 32 teses ou dissertações encontradas e que discutem o tema da relação entre serviço social e tecnologia, oito delas são referentes ao ano de 2018, oito ao ano de 2019, seis ao ano de 2020, três ao ano de 2021 e sete ao ano de 2022. Portanto, houve apenas um crescimento no número de trabalhos entre os anos 2021 e 2022, crescimento esse que ficou aquém da quantidade de trabalhos publicados tanto no ano de 2018 quanto no ano de 2019.

A partir dos resultados obtidos no curso da pesquisa no que diz respeito às teses e dissertações, constatou-se que o estado do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul foram os locais do país em que mais os pesquisadores da área se ocuparam dessa temática (5 publicações em cada estado), seguido por Minas Gerais (3 publicações), Sergipe (3 publicações), Paraná (3 publicações), Brasília (2 publicações), Piauí (2 publicações), Pernambuco (1 publicação), Espírito Santo (1 publicação), Ceará (1 publicação) e Amazonas (1 publicação). Observa-se, pois, que a maior parte das produções está concentrada na região Sudeste, seguida pelas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Na região Norte, por sua vez, foi encontrada apenas uma publicação diretamente relacionada ao objeto.

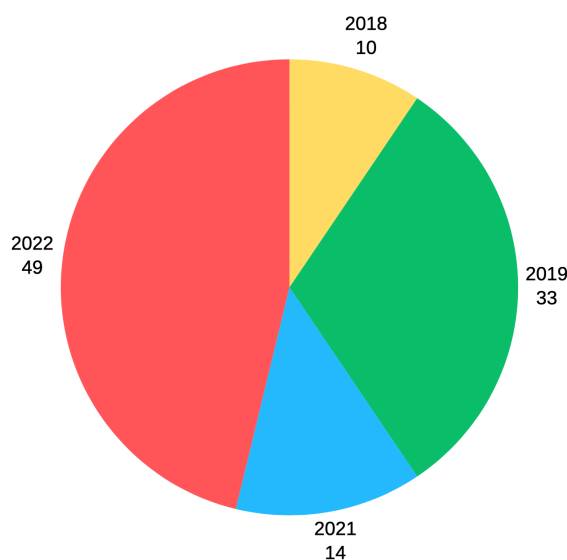
Quanto aos Anais de eventos, seguindo a abordagem metodológica já mencionada, identificamos 106 publicações que atendiam aos critérios analíticos previamente definidos no

projeto de pesquisa. Dessas, 49 delas são provenientes dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), 32 delas do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 21 das Jornadas Internacionais de Política Pública (JOINPP) e 6 delas do Encontro Nacional de Política Social (ENPS).

No ano de 2018, houve a realização do ENPS e ENPESS. Já em 2019, do CBAS e JOINPP. Em 2020, não ocorreu nenhum evento que enquadrou-se nos critérios analíticos dessa pesquisa. Outro JOINPP, por sua vez, foi realizado em 2021 e, em 2022, aconteceu tanto o ENPESS como o CBAS. Sendo assim, com exceção de 2019, quando não foi realizado nenhum evento e de 2020 que contou com a realização de apenas um, foram realizados dois eventos por ano entre o período de 2018 a 2022.

Ao contrário da tônica posta nas teses e dissertações, com o passar dos anos, no período de 2018 a 2022, a quantidade de trabalhos publicados em Anais de eventos e nos quais se aborda a relação entre serviço social e tecnologia cresceu paulatinamente, como faz-se possível observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 02** - Quantitativo de artigos sobre o tema serviço social e tecnologia publicados nos Anais de eventos da área - 2018 a 2022.



Elaboração: Luiza Palha Maçaneiro, 2023.

A aparente exceção dessa tendência é, claramente, o ano de 2021. Em tal ano, foram encontrados apenas 14 trabalhos, considerando os critérios de seleção, isto é, 19 trabalhos a menos do que, por exemplo, em 2019. Mas, vale lembrar que, em 2021, ocorreu apenas um

evento de serviço social, o JOINPP. Fato esse que justifica a redução na quantidade de publicações em tal período. Sendo assim, justificada a redução no ano de 2021, o crescimento da quantidade de trabalhos entre 2018 e 2022 foi bastante exponencial. Em 2018, por exemplo, foram publicados 10 trabalhos, enquanto que, em 2022, esse número passou para 49 trabalhos, isto é, 39 publicações a mais. Tal fato denota um maior interesse da categoria profissional para com a temática da relação entre serviço social e tecnologia.

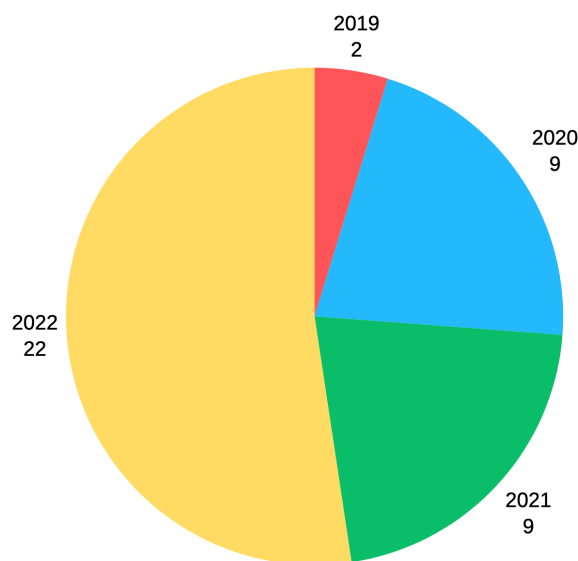
No que diz respeito aos artigos publicados em periódicos, foram encontrados trabalhos nos seguintes : Revista Katálysis (A1), Caderno CRH (A1), Revista Serviço Social e Sociedade (A1), Revista Argumentum (A2), Revista Em Pauta (A2), Revista Ser Social (A2), Revista Textos e Contextos (A2), Revista Temporalis (B1), Revista Emancipação (B2) e Revista Sociedade em Debate (B2). Em revistas B3, não obtivemos nenhum resultado.

Faz importante salientar, assim sendo, que a maioria dos artigos que abordam diretamente o tema estão contidos em periódicos classificados como A1 e A2. Em contraste, há uma escassez de trabalhos em periódicos classificados como B1, B2 e B3. Numericamente, essa discrepância é evidenciada da seguinte forma: foram identificadas 37 publicações em periódicos A1 e A2, enquanto apenas cinco publicações foram encontradas em revistas classificadas como B1 e B2. Estas revistas de classificação mais baixa, no entanto, são numericamente superiores às mais bem avaliadas. Acreditamos, pois, que essa disparidade seja em razão de que as reflexões sobre a relação entre serviço social e tecnologia ainda estejam muito concentradas nas produções de docentes e doutores, em detrimento de graduandos, graduados e mestres. Estes últimos, por sua vez, ainda que isso não seja uma regra, obviamente, acabam por ter suas produções publicadas em revistas classificadas nos estratos mais baixos.

Assim como nos Anais de eventos, a quantidade de artigos em periódicos cresceu de modo diretamente proporcional ao avançar dos anos (2018-2022). No ano de 2018, assim sendo, não foi possível encontrar nenhum artigo diretamente relacionado ao objeto. Em 2019, por sua vez, nos deparamos com dois artigos, no ano subsequente, nove, em 2021, a mesma quantidade do ano anterior e, em 2022, coletamos 22 artigos. Novamente, em consonância ao que ocorreu no âmbito dos Anais de eventos, 2022 foi o ano com maior quantidade de artigos, isto é, 20 artigos a mais do que em 2019. O gráfico abaixo, assim sendo, traz esses dados em termos percentuais.

**Gráfico 03** - Quantitativo de artigo de periódicos com classificação A1 e B3 encontrados em razão aos anos

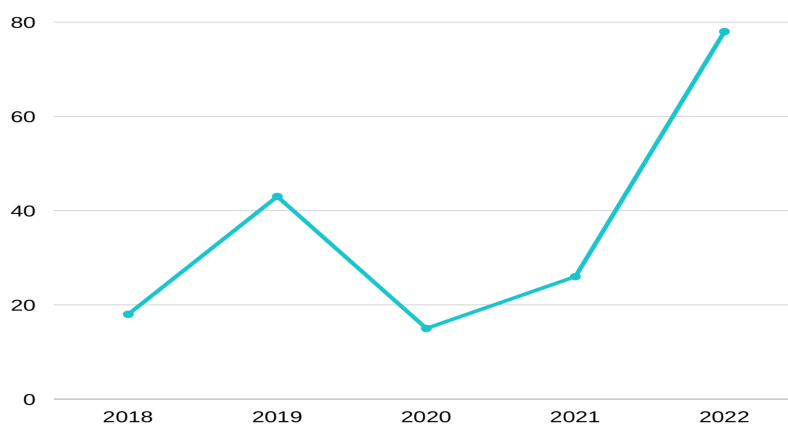




Elaboração: Luiza Palha Maçaneiro, 2023.

Se totalizarmos os dados sobre as publicações encontradas no período compreendido entre os anos de 2018 e 2022, considerando o conjunto das três frentes de pesquisa, novamente, o ano de 2022 sai na frente em relação a quantidade de trabalhos encontrados, tal como é possível observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 04** - Crescimento/redução na quantidade de trabalhos sobre o tema encontrados nas fontes de pesquisa selecionadas, entre 2018-2022.



Elaboração: Luiza Palha Maçaneiro, 2023.

Se considerarmos que, em 2020, não houve a realização de eventos na área do serviço social e, em 2021, apenas um, a tendência do conjunto das três frentes foi um crescimento

bastante significativo do quantitativo de trabalhos coletados em razão dos anos. Mesmo com o decréscimo na quantidade de teses e dissertações identificado entre os anos de 2018 a 2022, que pode ser explicado pelos desafios impostos pela pandemia para a conclusão de uma dissertação ou tese, a tônica do conjunto das três frentes de pesquisa foi de um crescimento bastante expressivo do interesse pela temática no interior do serviço social, conforme se constata na análise dos números do quadro X que segue:

**Quadro 01** : Número de trabalhos publicados sobre o tema, considerando o conjunto das fontes selecionadas, entre os anos de 2018 e 2022:

2018	2019	2020	2021	2022	Total
18	43	15	26	78	180

Elaboração: Luiza Palha Maçaneiro

Observa-se, também, que é a partir da pandemia do coronavírus que a reflexão sobre a relação do serviço social com as novas tecnologias ganha maior notoriedade. Não em razão de vírus, e sim das diversas modificações que este - em conjunto da racionalidade capitalista - provocou nos diversos poros sociais. A realidade imposta pela pandemia fez com que a relação entre serviço social e tecnologia fosse valorizada na produção do conhecimento.

Com relação às tendências de debate identificadas acerca da relação entre serviço social e tecnologia no bojo das três frentes mencionadas, estas se dividem do seguinte modo:

**Quadro 02** - Tendências e Subtendências identificadas no conjunto dos 180 trabalhos identificados.

<b>Tendências e Subtendências</b>
<p><b>1) Tecnologia e trabalho;</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Transformações no mundo do trabalho em face das novas tecnologias</li> <li>- Impactos do teletrabalho/trabalho remoto</li> <li>- Novas tecnologias e capitalismo dependente</li> </ul>
<p><b>2) Tecnologia e trabalho profissional do assistente social:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Impactos do teletrabalho/trabalho remoto;</li> <li>- Uso das redes sociais por assistentes sociais para fins políticos e/ou profissionais;</li> <li>- Impactos da incorporação das novas tecnologias para o trabalho do assistente social</li> </ul>

<p><b>3) Tecnologia, política social e questão social:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviço social e vigilância socioassistencial;</li> <li>- Novas tecnologias e agravamento das expressões da questão social;</li> <li>- Novas tecnologias, serviço social e educação;</li> <li>- Novas tecnologias, serviço social e previdência social;</li> <li>- Novas tecnologias, serviço social e saúde.</li> </ul>
<p><b>4) Tecnologia, Serviço Social e comunicação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviço Social e estratégias comunicacionais;</li> <li>- Serviço Social, comunicação e direitos sociais.</li> </ul>
<p><b>5) Tecnologias e processos organizativos da sociedade civil;</b></p>
<p><b>6) Tecnologia e formação profissional em Serviço Social.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Impactos do ensino à distância na formação em Serviço Social;</li> <li>- Impactos do ensino a distância no trabalho docente;</li> </ul>

Fonte: Luiza Palha Maçaneiro, 2023.

A primeira tendência que abordamos está centrada em publicações que exploram as influências das novas tecnologias no ambiente profissional. Esses estudos tiveram uma presença significativa em termos quantitativos, dividindo-se em três subtendências. A primeira delas concentra-se na investigação das mudanças no mundo do trabalho decorrentes das novas tecnologias. Autores destacam uma crescente exploração e controle do trabalho mediado por essas inovações, além de investigarem o surgimento do chamado trabalho pejetizado. Esses trabalhos também abordam as novas modalidades de contratação de mão de obra, explorando a relação entre as "gigantes da Web" e o grande capital, entre outros aspectos. A segunda linha de análise está relacionada às publicações que examinam os impactos do teletrabalho ou trabalho remoto na dinâmica do mercado de trabalho, nas condições objetivas de trabalho e nas consequências do uso de tecnologias para a saúde dos profissionais. Por fim, a terceira linha, embora menos proeminente, trata das publicações que investigam a interligação entre as novas tecnologias e a dependência da América Latina (Maçaneiro, 2023).

No que concerne à tendência da tecnologia no trabalho do assistente social, esta envolve produções que exploram a relação entre os avanços tecnológicos e a prática profissional do assistente social. Dentro deste escopo, foram identificados três desdobramentos principais da tendência: os efeitos do teletrabalho ou trabalho remoto na prática profissional do assistente social; o uso das redes sociais por assistentes sociais para fins profissionais; e os impactos da incorporação de novas tecnologias nas instituições públicas ou empresas privadas, ou seja, no local de atuação profissional do assistente social (Maçaneiro, 2023).

Em relação aos efeitos do teletrabalho ou trabalho remoto no trabalho do assistente social, há produções intelectuais nos quais são evidenciados os efeitos na saúde mental destes profissionais ou as implicações ético-políticas - ao fazer profissional do assistente social - dessa modalidade de trabalho. Já em relação às produções nas quais se discute o uso das redes sociais para fins profissionais, percebe-se a constatação deste uso, principalmente por meio do Instagram e Facebook. Tais mecanismos são meios usados para os profissionais venderem sua expertise profissional ou se posicionarem politicamente em relação à profissão ou outros temas pertinentes à categoria. Quanto aos impactos da incorporação de novas tecnologias no trabalho do assistente social, foram identificados trabalhos nos quais se aborda a precarização do trabalho profissional, bem como a diminuição da autonomia relativa do assistente social. Também foram encontradas publicações nas quais se enfatizam os benefícios do uso das tecnologias na prática do assistente social, argumentando que estas podem potencializar os princípios éticos da profissão (Maçaneiro, 2023).

A tendência tecnologia, política social e questão social, nessa direção, é relativa a trabalhos que abordam os rebatimentos das novas tecnologias no âmbito da política social - e na vida dos sujeitos que dela recorrem para responder às suas necessidades fundamentais - e da questão social. Essa tendência dos debates identificados nas produções analisadas se desdobra em diversas áreas temáticas, a saber: serviço social e vigilância socioassistencial; novas tecnologias e agravamento das expressões da questão social; novas tecnologias, serviço social e educação; novas tecnologias, serviço social e previdência social; e novas tecnologias, serviço social e saúde.

Resumidamente, no que concerne a supracitada tendência e subtendências, foram encontradas publicações nas quais se reflete sobre os impactos dos avanços tecnológicos na política social e também sobre o agravamento dos problemas associados às expressões da questão social devido ao aumento e à intensificação do uso das novas tecnologias. Em alguns trabalhos se destaca a violência, principalmente de gênero e exploração sexual, mediadas e amplificadas pelo uso de mídias digitais, como o estudo que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes nas redes sociais. Além disso, há estudos nos quais se avalia os efeitos da incorporação de tecnologias digitais na previdência social, como no caso do atendimento digital do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Contudo, a maioria das discussões se concentra na incorporação de tecnologias digitais na política de assistência social, especialmente em torno da natureza e uso dos dados relacionados ao banco de dados da vigilância socioassistencial, uma estratégia de gestão adotada pelo órgão federal responsável pela política (Maçaneiro, 2023).

A tendência denominada Tecnologia, Serviço Social e Comunicação representa a quarta vertente identificada. Nesta, identificamos aqueles trabalhos nos quais os autores exploram a relação entre o serviço social e a comunicação. Dentro dessa discussão, há publicações nas quais são enfatizadas as estratégias de comunicação como elemento central do trabalho do profissional de Serviço Social e como um dever ético. Além disso, encontramos estudos que analisam projetos de comunicação, como as rádios comunitárias, e sua importância na disseminação de informações sobre direitos sociais (Maçaneiro, 2023).

A quinta tendência, tecnologias e processos organizativos da sociedade civil, inclui trabalhos que examinam o impacto do uso de tecnologias digitais pelos movimentos sociais. A maioria desses estudos vê esse uso como facilitador da articulação da sociedade civil, embora haja análises mais críticas sobre a racionalidade por trás do uso das redes sociais pelos movimentos sociais. Um exemplo disso é um estudo que debate como os movimentos sociais adotaram tecnologias de informação e comunicação durante a pandemia, examinando seus efeitos na dinâmica e na estrutura interna desses movimentos (Maçaneiro, 2023).

A sexta tendência, tecnologia e formação profissional em Serviço Social, diz respeito a publicações que investigam o impacto da inclusão das novas tecnologias ao ensino de Serviço Social. Esses estudos discutem os efeitos do ensino a distância na formação em Serviço Social e seus impactos no trabalho da categoria docente. Exemplos incluem trabalhos que compartilham experiências de monitoria remota em disciplinas específicas ou análises mais abrangentes sobre a postura do Serviço Social em relação às tecnologias de informação, explorando as experiências de assistentes sociais e professores durante o ensino remoto, entre outras abordagens encontradas nas publicações (Maçaneiro, 2023).

## 4.2 ANÁLISE GERAL DAS TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS NOS ARTIGOS DE PERIÓDICOS ENTRE CLASSIFICAÇÃO A1 E A2

Em razão da quantidade de trabalhos encontrados, isto é, 180 publicações, a tarefa de analisá-los de modo pormenorizado mostrou-se, devido ao tempo disponível para fazê-lo, um tanto impossível. À vista disso, fez-se necessário fazer um recorte analítico, considerando, apenas os artigos publicados em periódicos com classificação A1 e A2, totalizando, assim, um total de 36 artigos. Esses, por seu turno, foram lidos integralmente e sistematizados.

Portanto, a partir dessa seção, iremos nos ater apenas aos artigos publicados em revistas cuja classificação, na área de serviço social, se localizam nos estratos A1 e A2. As

outras duas fontes de pesquisa, isto é, as teses e dissertações e os trabalhos publicados em Anais de eventos foram abordadas, apenas, com vistas a fornecer ao leitor um panorama geral do modo pelo qual a temática acerca da relação do serviço social e as tecnologias tem sido abordada, ao longo dos últimos anos, na produção intelectual do serviço social.

Nesta direção, dos 36 artigos lidos na íntegra, 27 deles foram publicados em periódicos classificados no estrato A1 e 9 deles, em periódicos classificados no estrato A2. Os títulos e as temáticas desses trabalhos, por sua vez, são bastante diversos entre si, tal como é possível constatar no quadro que segue:

**Quadro 03** - Títulos dos artigos sobre o tema serviço social e tecnologia publicados em periódicos classificados na área nos estratos A1 e A2 - 2018-2022.

<b>Periódicos classificados na área no estrato A1</b>
<b>Revista Katálysis:</b>
1) Educação à distância e formação profissional do/da assistente social: elementos para o debate;
2) Ódio e intolerância nas redes sociais digitais;
3) Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino;
4) As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas;
5) Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública;
6) Pobreza como malware: aplicativos e retração dos direitos sociais;
7) A Escravidão Digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora;
8) Marx e a indústria 4.0: trabalho, tecnologia e valor na era digital;
9) Os entregadores de aplicativos e a fragmentação da classe trabalhadora na contemporaneidade;
10) O Serviço Social nas empresas frente às tecnologias da informação e comunicação;
11) Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19;
12) Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos da pandemia de COVID-19;

13) Tecnologias da informação e comunicação nas políticas sociais: opacidade e ilusão democrata;
14) Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital.
<b>Caderno CRH:</b>
1) A pandemia de Covid-19 e o teletrabalho na previdência social (PS);
<b>Revista Serviço Social e Sociedade:</b>
1) Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em tempos de indústria 4.0;
2) O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia;
3) Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania;
4) Sistemas algorítmicos, lucratividade do capital e implicações nas políticas sociais;
5) Somos todos <i>youtubers</i> ? Indústria 4.0 e precarização do trabalho docente em tempos de pandemia;
6) Serviço Social e universidade em tempos de ensino remoto emergencial;
7) Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social.
8) Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais
9) Robotização da proteção social: impactos e desafios à atuação profissional do assistente social;
10) Tecnologia e precarização da saúde do trabalhador: uma coexistência na era digital;
11) Tecnologias da informação e comunicação na assistência estudantil durante a pandemia da covid-19;
12) Produzindo dados e operando sistemas: o trabalhador do SUAS diante dos desastres socioambientais.

Subtotal de artigos A1: 27
----------------------------

<b>Periódicos classificados na área no estrato A2</b>
<b>Revista Argumentum</b>
1) Tendências teórico-políticas dos assistentes sociais no Facebook;
2) Ensino Remoto Emergencial na ESS-UFF no contexto da pandemia;
3) A centralidade do trabalho na chamada era informacional;
4) O teletrabalho no contexto da pandemia da COVID-19.
<b>Revista Em Pauta</b>
1) O ensino a distância e as tendências da apropriação dos fundamentos do Serviço Social;
2) (Des)informação nos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais
<b>Revista Ser Social</b>
1) O Auxílio Emergencial no Brasil durante a pandemia por Covid-19;
2) Trabalho remoto em uma universidade: condições de trabalho, sobrecarga e assédio moral.
<b>Revista Textos e Contextos</b>
1) Vigilância socioassistencial no contexto do território: uma análise a partir do Censo Suas.
Subtotal de artigos A2: 9
<b>Total de artigos: 36</b>

Elaboração: Luiza Palha Maçaneiro

Apesar da diversidade de temas e títulos, tais artigos - como pode-se presumir a partir da leitura do quadro anterior - seguem as mesmas tendências de debate expostas na subseção precedente, isto é, as tendências de debates identificadas no conjunto das três frentes de

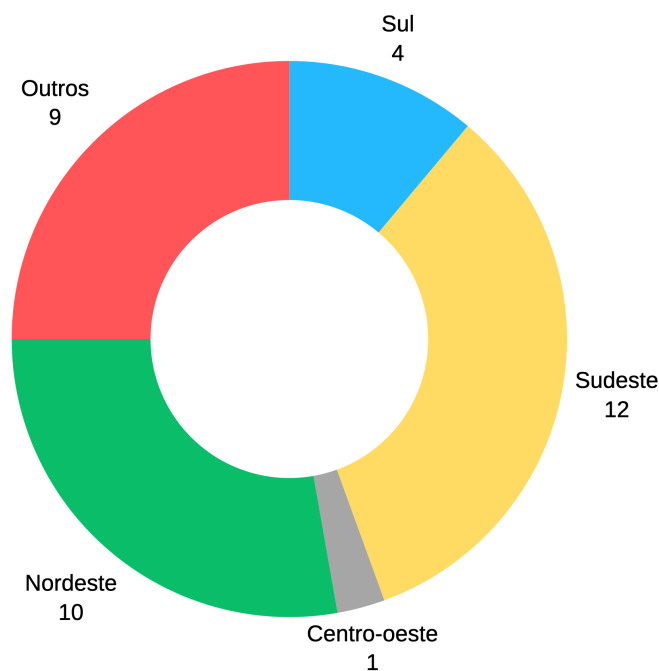


pesquisa. Portanto, aqui, não repetiremos a abordagem sobre tais tendências à luz, especificamente, dos temas abordados pelos artigos provenientes de periódicos de classificação A1 e A2. Ao contrário, traremos novos dados sobre esses artigos, incluindo a análise das tendências teóricas dessas publicações, bem como, na próxima subseção, nos ocuparemos de analisar, uma tendência específica de debate, expondo, neste âmbito, as direções teóricas das produções que nos serviram de parâmetro para esta problematização. O critério de escolha dessa tendência de debate foi, exclusivamente, o maior quantitativo que esta representou no conjunto dos artigos selecionados.

No que diz respeito à busca de novos dados sobre os artigos, procuramos, pois, identificar de quais regiões do país e universidades são os artigos que mais se ocuparam do debate sobre a relação da tecnologia com o serviço social, a titulação dos autores dos artigos, a quantidade de trabalhos por tendência de debate, bem como os autores (presentes na bibliografia) que mais fundamentaram as discussões presentes nas publicações encontradas.

Logo, as regiões brasileiras de origem das publicações analisadas e nas quais são apresentadas reflexões relativas ao tema da pesquisa, podem ser visualizadas no gráfico que segue:

**Gráfico 05** - Regiões do Brasil na qual os artigos dos periódicos A1 e A2 se vinculam.



Elaboração: Luiza Palha Maçaneiro.

Nota-se, portanto, que os autores dos artigos da região Sudeste foram os que mais se ocuparam em refletir sobre a supracitada temática, seguidos pela região nordeste, sul e centro-oeste. Na região norte, por sua vez, não foi encontrado nenhum trabalho que dialogasse com o objeto desta pesquisa.

No âmbito da região sudeste, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ (três artigos) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (três artigos) foram as instituições de vinculação dos autores que mais publicaram no âmbito dos periódicos A1 e A2 sobre a temática em questão, seguidas da Universidade Estadual Paulista de Franca - UNESP-Franca (dois artigos), da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (um artigo), da Universidade Federal Fluminense - UFF (um artigo), da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz (um artigo) e da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (um artigo).

Já com relação à região nordeste, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi a instituição da região na qual mais se refletiu sobre a relação do serviço social com as novas tecnologias (quatro artigos). Depois dela, o destaque foi para as publicações vinculadas à Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - com três artigos. Na sequência, o realce vai para as publicações de autores vinculados à Universidade Estadual do Ceará (UECE), com dois artigos. A instituição da região na qual menos se refletiu acerca da referida temática foi a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com apenas um trabalho.

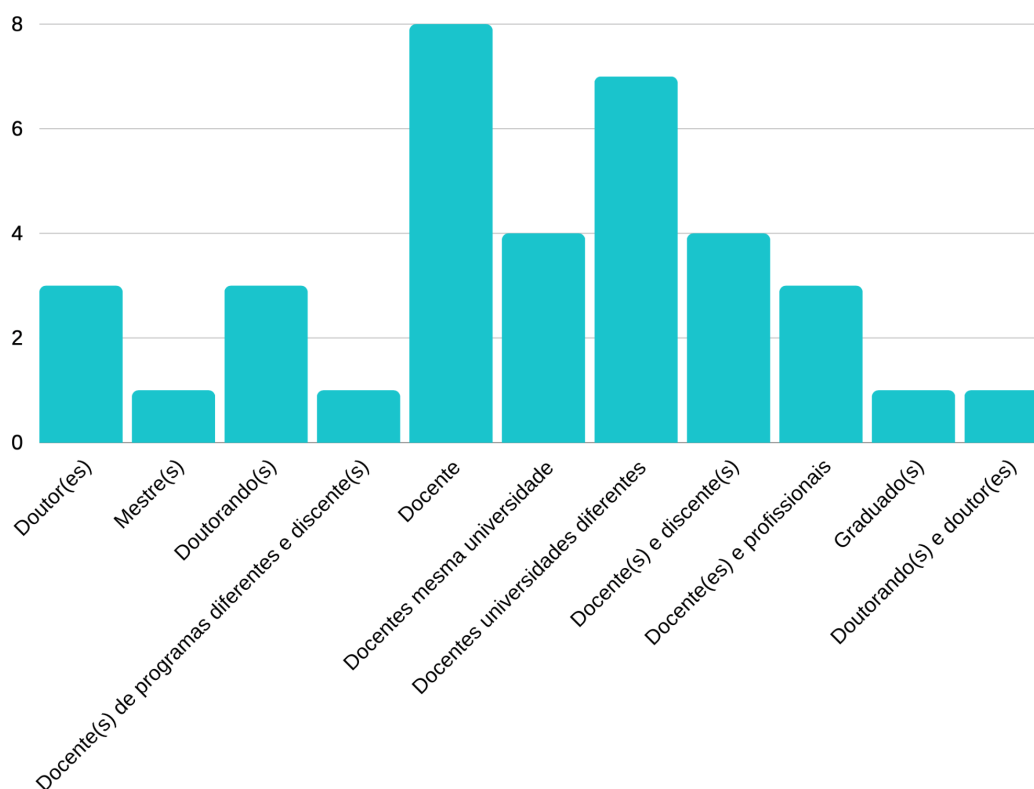
No que diz respeito a região sul, foi possível encontrar artigos provenientes de quatro instituições, a saber: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em cada uma dessas instituições, identificamos a publicação de um artigo. Já na região centro-oeste, por sua vez, identificamos apenas um artigo, cujo autor tinha vínculo com a Universidade de Brasília (Unb).

A categoria outros, nessa direção, refere-se às publicações que eram provenientes de duas ou mais regiões, uma vez que eram escritas por dois ou mais autores de regiões diferentes. Em geral, esses autores são docentes de universidades distintas. Tal categoria, como é possível constatar, representa nove dos 36 artigos. As instituições das quais esses artigos são provenientes são: Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Instituto Superior Miguel Torga (ISMT); Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Estadual

Paulista (UNESP-Franca); Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Prefeitura de Brumadinho.

No que diz respeito à titulação dos autores desses 36 artigos, elas dividem-se da seguinte maneira:

**Gráfico 06** - Titulação dos autores dos artigos de periódicos



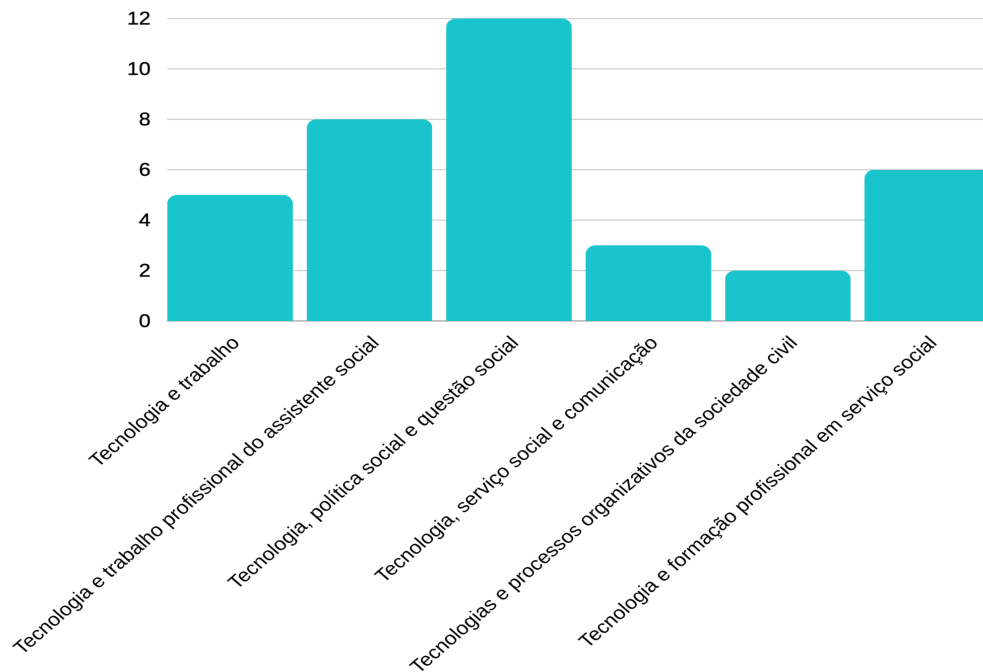
Logo, como o gráfico acima evidencia, a maior parte dos artigos dos periódicos são escritos exclusivamente por um docente ou por docentes de universidades diferentes. Ainda de forma expressiva também encontram-se os artigos escritos por docentes de uma mesma universidade, por doutores, por docentes e discentes, por docentes e profissionais, ou doutorandos. Foi, nesse sentido, muito escassa a produção de artigos exclusivamente elaborados por mestres, graduados, doutorandos e doutores, bem como por docentes e discentes de programas de pós-graduação diferentes.

É preciso ressaltar que, para a categorização dos autores foi usado critérios hierárquicos. Isto é, não foi raro encontrar um docente pós-doutor ou um mestrando com um vínculo empregatício. No entanto, foi necessário priorizar ora o vínculo empregatício do autor ora o grau de instrução. Sendo assim, no caso de docentes com doutorado ou pós-doutorado, a classificação considerada foi a do docente, e não o nível de instrução destes. Já no caso de doutores, doutorandos, mestres e mestrandos com vínculo empregatício longe da docência, foi considerado o vínculo acadêmico, em razão da instituição na qual os autores exercem suas atividades laborativas. Com relação aos graduados, foi considerado o vínculo profissional, em detrimento de seu grau de escolaridade, exceto quando não constava nenhum vínculo profissional.

No que concerne às tendências teóricas expressas nos 36 artigos, percebeu-se que a maioria deles, para tratar sobre a dimensão da tecnologia e dos rebatimentos desta na realidade social, recorreu a autores marxistas. Nessa direção, três autores marxistas apareceram na ampla maioria dos trabalhos analisados, a saber: Ricardo Antunes, István Mészáros e David Harvey. Em menor peso, por sua vez, se utilizou do próprio Marx para discorrer sobre a relação do serviço social com as novas tecnologias, em especial as passagens sobre a maquinaria e o desenvolvimento das forças produtivas. Essa foi a base da grande maioria dos artigos que se utilizaram da tradição marxiana/marxista. De modo mais pontual, foram utilizados outros autores da dessa tradição e de outras, como Jacob Gorender, Renato Veloso, Rafael Grohmann, Ludmila Costhek Abílio, Daniel Romero, Ursula Huws, Sergio Amadeu Silveira, Sadi dal Rosso, Klaus Schwab, Jean Lojkine, Andrew Feenberg; Evgeny Morozov, Paulo Feldmann, Adam Schaff, entre outros.

Outro dado importante é a quantidade de artigos em relação a cada tendência de debate identificada. O gráfico abaixo, nessa direção, aponta quais foram as tendências de discussão que estiveram mais presentes no conjunto dos 36 artigos proveniente de periódicos com classificação A1 e A2.

**Gráfico 07** - Tendências do debate sobre o tema identificadas em artigos de periódicos com classificação A1 e A2.



Como faz-se possível constatar, a tendência de debate preponderante foi a 'Tecnologia, política social e questão social' (12 artigos), seguida pelas tendências por nós definidas como 'Tecnologia e trabalho profissional do assistente social' (oito artigos) e da 'Tecnologia e formação profissional em serviço social'. Cinco publicações, por sua vez, são provenientes da tendência 'Tecnologia e trabalho'; três artigos relacionados à tendência 'Tecnologia e serviço social e comunicação'; e dois, por fim, da tendência identificada por nós como 'Tecnologia e processos organizativos da sociedade civil'.

À vista disso, na subseção seguinte, iremos aprofundar uma das tendências identificadas. Como já mencionamos, o critério de escolha, por sua vez, foi estritamente quantitativo, isto é, a tendência constituída de mais artigos foi, pois, a escolhida para fazer uma análise mais pormenorizada. Logo, a seguir, nos ateremos aos doze artigos advindos da frente temática 'Tecnologia, política social e questão social'.

#### 4.3. TECNOLOGIA, POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

Como já advertimos, essa tendência foi definida a partir da análise das discussões expressas no conjunto de artigos publicados em periódicos classificados entre os estratos A1 e A2, entre os anos de 2018 e 2022 e nos quais o tema serviço social e tecnologia era abordado. . No caso específico dos artigos cujos autores fazem uma abordagem do tema a partir da

análise sobre tecnologia, política social e questão social, foi possível encontrar quatro eixos temáticos fundamentais: trabalhos nos quais se reflete sobre os impactos das novas tecnologias às políticas sociais em geral; artigos nos quais se analisa os desdobramentos dos avanços tecnológicos a política de assistência social; artigo no qual é problematizada a relação das novas tecnologias com a política de educação; bem como produção na qual se reflete sobre os rebatimentos dos avanços tecnológicos no âmbito da política de previdência social.

No entanto, não iremos nos ater, de modo direto, às temáticas gerais de cada artigo (política de saúde, de educação, assistência), ainda que estas irão atravessar as discussões que serão feitas. Vamos, pois, explicitar e analisar as tendências dos debates que atravessam a discussão dos artigos sobre a relação da tecnologia, da política social e da questão social. Para tanto, vamos dividir a supracitada tendência em dois núcleos elementares. No primeiro, vamos analisar os fundamentos expressos, no âmbito dos 12 artigos, sobre a relação da tecnologia com a questão social. Já o segundo, por sua vez, percorremos o mesmo caminho tendo como recorte a esfera da tecnologia e da política social.

À vista disso, no que diz respeito ao primeiro núcleo, identificamos quatro aspectos que ganham relevo nas discussões trazidas pelos autores: tecnologia e a mudança no padrão de acumulação capitalista; acentuação da exploração e da expropriação da classe trabalhadora propiciada pelos avanços tecnológicos; possibilidades abertas pela tecnologia ao controle da força de trabalho; a não neutralidade da tecnologia e da técnica no bojo da luta de classes.

Sendo assim, em relação ao primeiro aspecto, na maioria das produções - sobretudo naquelas que tratam da política social em geral - se faz uma contextualização do impacto da tecnologia no processo de acumulação capitalista contemporâneo à luz dos preceitos teóricos de autores como David Harvey e István Mészáros, a partir do processo de crise estrutural do capital e da consequente reestruturação produtiva associada a redefinição das funções do Estado em face da mundialização do capital. Em menor peso, recorreu-se, também, a Marx, sobretudo a seus estudos constantes na obra *o Capital* (livro I), com intuito de explicar a essência da tecnologia, a relação desta com as crises capitalistas, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao consequente incremento da produtividade do trabalho. O que acaba por diferenciá-los, no âmbito dessa debate, é a problemática que eles buscam evidenciar, mediante a contextualização supracitada. Diferenciação essa que, mais adiante, trataremos.

Consideramos, nesse sentido, que o direcionamento dado aos trabalhos em relação a esse debate é bastante consoante a postura teórico-metodológica por nós adotada e já

explicitada. Ao discorrer sobre a dimensão da tecnologia, os artigos analisados a concebem, de modo bastante assertivo, enquanto " [...] resultado do trabalho humano, expressões do processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção" (Valentim; Paz, 2022, p.115). Como a mesma veemência, autores afirmam que "[...] a tecnologia é a expressão do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade e revela a relação sociometabólica entre homem e natureza"(Camargo; Chaves, 2022).

Também estamos de acordo quando os autores dos artigos afirmam que "a partir de 1970, o capitalismo monopolista se vê em crise e, como alternativa, reordena o modelo de produção, mas, para isso, faz uso das tecnologias que passaram a ser essenciais e garantiram não só a automação, mas também novas formas de comunicação [...]" (Rizzotti; Nalesso, 2022, p.97-97). Ou quando, ao falar sobre as mudanças provocadas pelas novas tecnologias nos diversos portos da vida social - explicitam que "[...] o aspecto fundamental dessas mudanças é que a sua ocorrência compõe a sanha do sistema do capital pelo aumento de produtividade, das taxas de acumulação e maior controle do trabalho" (Marx, 2004 *apud* Souza, 2022, p.127).

Se parte dos autores dos artigos fizeram essa contextualização geral sobre a crise estrutural do capital e a dimensão da tecnologia, outros, voltaram suas análises para aspectos como: a não neutralidade axiológica do instrumental tecnológico; a intensificação do controle do trabalho a partir dos avanços tecnológicos; a acentuação da exploração e da expropriação da classe trabalhadora propiciada pelos avanços tecnológicos; bem como a mudança no padrão de acumulação capitalista;

No que diz respeito à não neutralidade da tecnologia/técnica, foi possível encontrar nos artigos analisados, discussões que acabam, no nosso ponto de vista, atribuindo uma capacidade teleológica à tecnologia em si, à técnica em si. Nesta perspectiva de análise se assevera, por exemplo: "[r]econhece-se, com isso, a não neutralidade da técnica e da gestão. Ao contrário, o debate do avanço tecnológico deve vir eivado de sua dimensão política" (Rizotti; Nalesso, 2022, p.105). Esta mesma posição teórica se reflete ainda em outras afirmações, tais como: "[c]onsideramos que os algoritmos não são neutros, possuem cunho econômico e políticos, 'visam determinados objetivos e são criados e desenvolvidos para implementá-los' (Chaves; Camargo, 2022 p.23)"; ou "[...] a tecnologia não é neutra, mas se traveste da dimensão político-ideológica, e joga um jogo crucial na dinâmica do mundo capitalista e da exploração do trabalho" (Rizotti; Nalesso, 2022, p.105).

No entanto, entendemos que a possibilidade de ser neutro ou não advém de uma capacidade do ser de pensar e agir, isto é, da racionalidade imanente a esse ser. A capacidade

de pensar e agir, portanto, é exclusivamente humana, derivada da capacidade teleológica do ser social. À vista disso, à medida em que tais artigos consideram que a técnica e a tecnologia não são neutras, em alguma medida, é feita uma inversão da relação entre o homem e o objeto. Em outras palavras, o ser humano assume o status de técnica, enquanto que a técnica e a tecnologia se humanizam. Como a tecnologia - concebida através da relação sociometabólica entre homem e natureza - pode possuir uma racionalidade autônoma em relação à própria racionalidade que a gestou? Na mesma medida, como é possível que a racionalidade humana que a gestou se transpasse para uma coisa que, como tal, é destituída de teleologia?

Portanto, defender que haja uma racionalidade imanente a tecnologia é, no nosso ponto de vista, paradoxal, uma vez que teremos que considerar a tecnologia enquanto força autônoma, uma dimensão do real autodeterminada. Tal consideração não foi constatada, de modo direto, em nenhum dos 12 trabalhos analisados, mas que, de modo indireto, na medida em que os autores dos artigos concebiam a não neutralidade da tecnologia. Neste sentido, podemos dizer que esta atribuição de capacidade teleológica a objetivações humanas colide com os próprios fundamentos teóricos nos quais as reflexões sobre a questão são sustentadas pelos autores.

Na sequência, outro aspecto que esteve bastante presente nos artigos provenientes do núcleo de tecnologias e questão social foi o debate sobre a intensificação do controle da força de trabalho a partir dos avanços tecnológicos. Os autores dos artigos nos quais se aborda essa questão foram unânimes ao compreender que, de fato, há uma intensificação do controle sobre o trabalho através dos avanços tecnológicos. Para alguns autores, esses "[...] sistemas de controle foram deslocados do gerente para o interior de cada trabalhador e trabalhadora, como se fossem cúmplices de sua própria exploração, ou autoexploração" (Huws, 2017 *apud* Souza, 2022, p.127). O outros, por sua vez, pontuam que mediante tais tecnologias "[...] é possível ampliar a administração da execução de tarefas, quantificar as atividades realizadas e o tempo gasto e garantir um maior controle do empregador sobre o desempenho do trabalhador" (Valentim; Paz, 2022, p.117).

Entendemos que ambos os desdobramentos são verossímeis e, na grande maioria das vezes, ocorrem em caráter combinado, mas, a depender das relações sociais nas quais o processo de trabalho se insere, a centralidade do controle da força de trabalho recai para um dos dois pólos: ora é feita majoritariamente pelo próprio trabalhador, ora pelo empregador dessa força de trabalho.



Um maior controle da força de trabalho, por sua vez, propicia uma maior exploração desta. Sendo assim, outro ponto bastante mencionado pelos autores em seus artigos foi a acentuação da exploração e expropriação da classe trabalhadora, tendo como elemento mediador a tecnologia. Grande parte dos autores, nessa direção, assevera que as plataformas digitais globais altamente robotizadas são utilizadas com o sentido de "[...] gerar novos polos de investimento globais e novas maneiras de exploração do trabalho, redefinindo não apenas o mundo produtivo, como também construindo novos modos de sujeição do trabalhador ao capital [...]" (Camargo, Chaves, 2022, p.21). Do mesmo modo se destaca o fato de que, com a proeminência da Quarta Revolução Industrial, intensificou-se "[...] a exploração e expropriação do trabalhador a partir de novos mecanismos robotizados (Faria, 2022, p.139).

Essas novas tecnologias digitais, em outro polo, nas palavras dos autores dos artigos, constituem-se enquanto "[...] mecanismos centrais à acumulação capitalista contemporânea para a *preservação e ampliação da lei do valor* por meio da constituição de novos laboratórios de experimentação do trabalho, como uberização, o home office e EAD (Educação a Distância)" (Antunes 2020a; 2020b *apud* Chaves, Camargo, 2022, p.20). Essa intencionalidade que orienta a produção e o uso das inovações tecnológicas vai de encontro às necessidades humanas, uma vez que "[...] toda essa capacidade da tecnologia não foi colocada a serviço da humanidade, mas na direção específica dos superlucros do capital, na medida em que exponencia a mercantilização das relações sociais" (Rizotti; Nalesso, 2022, p.98). Nas palavras de outro autor, os avanços da técnica e da ciência cabem mais aos interesses de acumulação do capital que ao atendimento das necessidades humanas, sejam elas físicas ou espirituais (Marx, 2004 *apud* Souza, 2022, p.132)

Com relação ao segundo núcleo por nós identificado a partir da análise do conjunto de artigos em comento, qual seja, tecnologia e política social, identificamos nas publicações algumas frentes temáticas, a saber: os impactos das novas tecnologias ao acesso dos usuários as variadas políticas sociais; os reflexos das tecnologias de base digital à participação social; os desdobramentos dos avanços tecnológicos ao direito à informação; e as potencialidades da vigilância socioassistencial.

No atinente à problemática do acesso, em todos os artigos nos quais seus autores discutiram essa dimensão a problematizam a partir da constatação do não acesso, isto é, dos empecilhos que surgiram ao acesso das políticas sociais através da estruturação destas a partir das novas tecnologias, em especial, as TIC. Nas palavras de uma autora dos supracitados trabalhos, ao entrevistar trabalhadores da Previdência Social, "[...] as entrevistadas evidenciam as dificuldades que a população encontra para acessar os seus direitos por meio

das plataformas digitais, especialmente, quando da necessidade de operacionalizá-los nos sistemas online (Souza, 2022, p.132)". Dificuldade essa que, para alguns dos autores constitui-se como o "[...] elemento fundamental para compreender a desigualdade social" (Rizzotti; Nalesso, 2022, p.105). No entanto, vale destacar que, como mesmo o autoras problematizam, "[...] o não acesso ou sua insuficiência acirra a desigualdade social, não necessariamente pelo avanço tecnológico, mas pela forma de sua apropriação e pelo processo de dominação/excludência em seu uso" (Rizzotti; Nalesso, 2022, p.105).

Essa última afirmação expressa nos escritos consultados, por sua vez, traz novamente elementos que, em alguma medida, refutam a tão propalada ideia de uma não neutralidade da tecnologia. A centralidade do debate acerca dos efeitos deletérios das tecnologias às diversas esferas da vida, assim sendo, recai na forma de apropriação destas e pelo processo excludente em seu uso, e não em um caráter inerentemente perverso da tecnologia, como se esta possuísse valores em si mesma. Na mesma medida, o excerto supracitado localiza o debate do não acesso sob uma ótica que evidencia essa problemática a partir da dimensão da racionalidade de apropriação e uso, e não da tecnologia. Isto é, as dificuldades de acesso da população usuária às diversas políticas sociais é analisado através da racionalidade - que é humana - capitalista de gestão dessas políticas e de uso/apropriação das novas tecnologias ao processo de gerenciamento destas.

Outro aspecto identificado no debate dos autores dos artigos que nos serviram de fonte de pesquisa diz respeito à questão da relação do direito à informação, da participação social e da tecnologia. Tem-se, nesse âmbito, discussões um tanto multifacetadas, a despeito de serem bastante coerentes no que se refere ao princípio de que o cerne de toda e qualquer problemática em relação às tecnologias não reside na tecnologia em si. Nessa direção, os autores de um dos artigos vislumbram potencialidades no uso das tecnologias no que tange à participação social e ao direito à informação. Nas palavras do autoras, "[...] partindo do pressuposto de que a participação guarda relação direta com a socialização do saber [...] as ferramentas digitais, em vez de ser uma forma de exclusão, passariam a ser um modo de aprofundar a participação" (Rizotti; Nalesso, 2022, p.104). Tal aprofundamento se daria em razão de uma maior aproximação entre sociedade civil e Estado e em virtude de uma maior velocidade de produção e disseminação de informações, mediante o encurtamento do espaço e do tempo propiciados pelas novas tecnologias. De modo contrário, uma autora de outro artigo destaca:

A centralização administrativa dos benefícios, os meios de acesso exclusivamente robotizados e mediados pela lógica bancária, impõe uma realidade de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais, permeada pela desinformação e pela ausência de orientações sobre as necessidades vivenciadas pelos cidadãos (Carnelossi, 2022, p.149-150).

Entendemos que, de fato, o uso das novas tecnologias pode e deve aprofundar a participação e que uma maior velocidade na disseminação de informações pode sim impulsionar a socialização do conhecimento. No entanto, o poder advém da possibilidade de ser, mas não indica necessariamente que algo seja aquilo que esperamos que ele seja. Ao contrário, a estruturação das políticas sociais por meio das novas tecnologias tem se mostrado um problema. Não pela estruturação em si, mas sim pela racionalidade com que as novas tecnologias têm sido utilizadas no âmbito das políticas sociais. Racionalidade essa que, sendo humana, não é estática e que, portanto, faz-se possível imprimir uma nova direção ao uso das variadas ferramentas tecnológicas. Sendo assim, consideramos que as ferramentas digitais podem ser um modo de aprofundar a participação, mas, em geral, não o são. Os esforços e energias devem, pois, concentrar-se em usá-las, sem perder de vista os limites da sociabilidade capitalista, a partir de uma outra racionalidade.

Outra temática que se fez presente nos artigos pesquisados foi a da vigilância socioassistencial. As abordagens acerca desta, que tem sido majoritariamente mediada por meios digitais, foram muito otimistas. A vigilância socioassistencial foi vista como um elemento

"[...] fundamental aos fenômenos previsíveis de observação no território. São respostas fundamentadas nas características das demandas de determinado espaço, alimentados pelos relatórios mensais de atendimentos, Censo CRAS e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social, entre outros instrumentos da política pública" (Acosta, Brandão, Gambardella, 2022, p.206-207).

Nas palavras de outros autores, o mesmo é dito: a [...] vigilância socioassistencial é uma ferramenta de gestão estratégica que, tendo como foco a família e o território, dedica-se a identificar e a prevenir situações de vulnerabilidade e risco, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e do direito à convivência familiar" (Guimaraes; Nascimento; Janczura, 2020, p.11)

Sem sombra de dúvidas, a vigilância socioassistencial mediada por ferramentas digitais pode ser um mecanismo muito oportuno à assistência social e à ampliação dos direitos

sociais. Tais ferramentas digitais possibilitam que os dados acerca de um determinado território sejam coletados, armazenados, cruzados, analisados, tudo isso em poucos minutos. Todavia, novamente, esbarra-se em uma problemática que não foi evidenciada pelos autores em questão e que já explicitamos algumas vezes: qual direcionamento é dado a estes dados? Ou melhor, para que eles são usados? Os sistemas que coletam tais dados são de domínio público ou pertencem a empresas privadas? De quem é a propriedade dos dados? Percebe-se que a questão é muito mais complexa do que parece.

Não cabe, aqui, endeusar ou demonizar a vigilância socioassistencial, pois reconhecemos sua neutralidade axiológica. O que buscamos é analisar a vigilância socioassistencial pelo que ela é, fazendo uma análise concreta de uma situação específica. No município de Florianópolis, por exemplo, os dados utilizados pelo setor de vigilância socioassistencial, até o dia 27/10/23, provêm do Sistema de Acompanhamento da Família e do Indivíduo (SAFI), um sistema de propriedade privada da empresa Wiidoo Tecnologia. A contratação dessa empresa é feita mediante licitação, a qual já teve seu prazo de validade expirado e a licitação foi perdida. Diante disso, como podemos ter certeza de que esses dados não serão comercializados? Após o término da licitação, para onde serão encaminhadas todas essas informações? Quantas implicações éticas e políticas esse cenário não impõe ao trabalho profissional dos assistentes sociais? Faz-se, portanto, indispensável se ater a tais problemáticas.

Há também autores que, mediante seus artigos, destacam os impactos na estruturação das políticas sociais a partir das novas tecnologias, em especial, das TIC. Em grande medida, tais rebatimentos são vistos como negativos, ainda que outros autores vislumbrem potencialidades em relação à estruturação das políticas sociais por meio das novas tecnologias. Alguns autores, portanto, pontuam que "[o]s trabalhadores de SUAS destacaram a importância do recurso tecnológico (o cadastro único) para que o usuário não fosse obrigado a 'repetir sua própria história' para cada novo profissional que parasse no caso [...]" (Acosta, Brandão, Gambardella, 2022, p.207). Enquanto outros, ao falar das mudanças significativas operadas na estrutura de benefícios e serviços sociais, quando incorporam-se às TIC, asseveram que "[...] não se trata apenas de um aprimoramento dos meios, de formas neutras<sup>10</sup> e assépticas para melhorar o como fazer, já que '[...] a tecnologia é um fenômeno eminentemente social, pois a mudança tecnológica, desenvolvida através do trabalho, é

---

<sup>10</sup> Diferentemente da autora, compreendemos que tais formas são, sim, neutras. Como já explicitamos nosso ponto de vista nos parágrafos anteriores, não vamos, novamente, problematizar esse ponto

integralmente configurada pelo modo de produção dominante' (Trindade, 2001, p.4 *apud* Cavalcante, Predes, 2022, p.119-120)". Ao discorrer sobre essa nova estruturação das políticas sociais, autoras de outro artigo problematizam os novos dilemas éticos postos, sobretudo a partir da incorporação das TIC, aos trabalhadores das políticas sociais: "[...] naturalmente, esse mundo tecnificado e interligado reveste-se de nova ética no uso, no acesso e utilização de informações" (Rizotti; Nalesso, 2022, p.104).

Entendemos que, de fato, frente aos rebatimentos, tanto ruins quanto bons, do uso das tecnologias de base digital nos diversos poros do serviço social, muitos dilemas éticos postos à profissão ganham uma nova especificidade. Especificidade essa que é resultante das particularidades das novas tecnologias. Em termos mais simples, queremos explicar que toda a nova objetivação humana põe à humanidade novas questões éticas, novas escolhas e possibilidades. Uma faca, por exemplo, pode ser usada tanto para matar alguém como para cortar um legume. Enquanto objetivação, ela é desprovida de capacidade de agir em prol disto ou daquilo. A decisão - que é ética - de utilizá-la para tirar uma vida de alguma pessoa ou cortar uma abóbora é somente humana. Mas é claro que, sem suas propriedades imanentes, isto é, a capacidade cortante, nada disso seria possível. Em resumo, toda a tecnologia traz dilemas éticos ao serviço social, mas, cada uma delas traz impasses distintos, de acordo com suas propriedades imanentes. Propriedades essas que só se realizam na ação humana. Concordamos, portanto, nesse ponto com as autoras.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar, a partir de 2020 (início da pandemia da covid-19), o serviço social brasileiro passa a refletir, com maior intensidade, sobre a relação do serviço social para com as novas tecnologias. Nessa direção, a partir desse período, esse debate vem ocupando mais espaço no seio profissional, se comparado aos anos anteriores. No entanto, apesar dos intensos esforços empreendidos por alguns profissionais, a reflexão em tela ainda carece de mais evidência

Foi tendo esse cenário enquanto hipótese e, agora, constatando-o, que reconhecemos a necessidade teórico-prática de investigar os fundamentos expressos na produção intelectual da área de serviço social referentes ao tema "serviço social e tecnologias". Entendemos, para tanto, que o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, os Anais de eventos em Serviço Social, e os periódicos especializados da supracitada área de conhecimento seriam as fontes privilegiadas para tal investigação, e assim o foram.

Por compreender que a reflexão acerca da relação do serviço social e as novas tecnologias de base digital começou a aparecer, ainda que pontualmente, mais nitidamente nos anos 2000, com as contribuições de Luziele Tapajós e de Renato Veloso, e ganhou um contorno mais definido nos últimos cinco anos - apesar da preocupação desta profissão para com a dimensão da tecnologia ser coetânea ao próprio desenvolvimento do serviço social enquanto profissão e área que produz conhecimento científico, uma vez que para Álvaro Vieira Pinto, “[a] técnica [e, portanto, a tecnologia] está implicada, como base, em toda atividade produtiva, material ou ideal. Em nenhuma época e em relação a nenhum objeto o homem deixou de agir tecnicamente [...] (PINTO, 2005, p. 137, *grifo meu*), - delimitamos que o lapso temporal da investigação seria de 2018 a 2022. Delimitação essa que foi bastante assertiva, uma vez que, em buscas aproximativas nos anos anteriores, nos deparamos com pouquíssimos resultados.

Feita essa delimitação, após identificar e analisar as 180 publicações, especialmente os 36 artigos provenientes de periódicos classificados nos estratos A1 e A2, constatamos que esses artigos excederam nossas expectativas no que se refere à análise da tecnologia. Inicialmente, esperávamos encontrar uma dicotomia de perspectivas, alternando entre uma postura messiânica e fatalista, o que revelaria, no fundo, um certo estranhamento para com a dimensão da tecnologia. Embora tenhamos identificado alguns trabalhos nessa linha, eles não

representaram a maioria. Os artigos, em sua grande maioria, constituíram-se de um viés crítico ao debater sobre a relação do serviço social, o que foi bastante positivo.

É evidente que, em alguns pontos, divergimos de muitos dos trabalhos analisados, inclusive em relação àqueles que possuem uma perspectiva mais crítica, tal qual já fora explicitado. Mas, na grande maioria, foram divergências pontuais, ainda que necessárias de serem problematizadas. Problematizações essas que não esquecemos de fazer.

Das impressões gerais, cabíveis de serem, aqui, retomadas, destacamos que poucos autores das publicações que identificamos e analisamos dedicaram-se, exclusivamente, a compreender teórico-filosófica a dimensão da tecnologia. Isto é, a reflexão sobre a relação do serviço social com as novas tecnologias esteve demasiadamente atrelada a problematização de um outro objeto, como a previdência social, a saúde, os movimentos sociais, a assistência social, entre outros. Faltou, portanto, trabalhos que tivessem a tecnologia enquanto único objeto. É válido destacar que não estamos, com isso, diminuindo a importância dos outros trabalhos. Muito pelo contrário, estamos, apenas, evidenciando as carências de debate com as quais nos deparamos.

No que se refere às nossas divergências teórico-conceituais para com os outros artigos, pensamos que a principal delas é em relação aos autores que defendiam uma não neutralidade da tecnologia e da técnica. Tal divergência, por sua vez, diz respeito a uma discordância em relação a pressupostos. Portanto, de forma direta ou indireta, toda contraposição que fizemos aos trabalhos teve como pano de fundo a compreensão de que a tecnologia e a técnica são desprovidas de qualquer espécie de racionalidade.

Gostaríamos, nessa direção, de lembrar que “[...] a técnica está presente por definição em todo ato humano” (PINTO, 2005, p. 62). O ato, a possibilidade de escolher, com base em juízo de valores, tem um cariz unicamente humano. A técnica e a tecnologia, portanto, são e serão, sempre, neutras. Ao contrário de nós, mulheres e homens, que, dia a dia, construímos o novo e podemos imprimir, a partir de valores exclusivamente humanos, um outro direcionamento à história.

Como expusemos, no conjunto dos 180 trabalhos, foi possível identificar seis tendências de debate a respeito da relação do serviço social com as novas tecnologias, a saber: tecnologia e trabalho; tecnologia e trabalho profissional do assistente social; tecnologia, política social e questão social; tecnologia, serviço social e comunicação; tecnologias e processos organizativos da sociedade civil; e tecnologia e formação profissional em serviço social. A tendência tecnologia, política social e questão social, por seu turno, foi a

preponderante no âmbito dos artigos advindos de periódicos de estratos A1 e A2 e a que analisamos de modo mais cuidadoso e minucioso na última seção deste TCC

Desejamos concluir com a afirmativa de que a tecnologia é apenas um instrumento para que a humanidade escreva sua história. No entanto, de maneira alguma ela se constitui como motor da história. O motor propulsor do real continua e permanecerá sendo a ação humana. Nós somos o motor da história, somos as mulheres e homens que dão movimento ao mundo, ainda que não sob as condições que gostaríamos, mas sob aquelas com as quais nos deparamos. Portanto, destacamos que a posição do ser humano em relação a tecnologia, em especial as tecnologias de base digital, não deve ser de encantamento (uma das dimensões da alienação), endeusamento ou, até mesmo, de desprezo. É preciso que vislumbramos a tecnologia enquanto coetânea a qualquer atividade humana, e, pois, sobredeterminada por nós.

Em vista disso, nos desculpe, Jorge Drexler, por distorcer sua ironia, mas queremos ser diretos: "*[no] dime qué debo cantar, oh, algoritmo, sé que [no] lo sabes mejor, incluso que yo mismo.*" (*¡Oh, Algoritmo! feat. Noga Erez*)



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBOSA, G.P.; Voz Operária – Jornal da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes – www.cclcp.org – ANO XIII – N 18 – Novembro 2011 (Escrito originalmente para Voz Operária – Debate e Construção (jornal de debates internos da CCLCP) No 6, 1º Semestre de 2001)

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Classificação Qualis CAPES**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CAPES. **Tabela Qualis da área de Serviço Social**: classificação mais recente. classificação mais recente. 2023. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/jaime.h%40ufsc.br?projector=1>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CAVALCANTE, Rita; PRÉDES, Rosa. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 144, p. 110-128, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.283>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JW9dK5Qt5wX4tVM8rnxDDVJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2023.

CBAS. **XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**: 40 anos do congresso da virada. 40 anos do Congresso da Virada. 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1>. Acesso em: 27 mar. 2022

\_\_\_\_\_. **XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**: minha voz eu uso pra dizer o que se cala. minha voz eu uso pra dizer o que se cala. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; CAMARGO, Maria Angelina B. de Carvalho de A.. Sistemas algorítmicos, lucratividade do capital e implicações nas políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 144, p. 17-32, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.278>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/tmxsL3CJx4dcBZRbsK6WcKK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2023.

CARNELOSSI, Bruna N.. Robotização da proteção social: impactos e desafios à atuação profissional do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 144, p. 129-152, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.284>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kmbRg6JmVGWvm7T4rWyg4GK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2022.

CETIC.. **TIC Domicílios**. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ENPESS. **XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/25088>. Acesso em: 10 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Questão Social, Pandemia e Serviço Social: uma defesa da vida e de uma educação emancipadora. uma defesa da vida e de uma educação emancipadora**. 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/enpess-2022>. Acesso em: 01 maio 2023.

ENPS. **Anais Encontro Nacional de Política Social**. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/issue/view/862>. Acesso em: 22 nov. 2022

FARIA, Gabriele. Tecnologias da informação e comunicação nas políticas sociais: opacidade e ilusão democrata. **Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 137-146, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HKD6pTWxfR5s5dtZvLBZTJM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2023.

GAMBARDELLA, Alice Dianezi; ACOSTA, Ana Rojas; BRANDÃO, Felipe de Souza. Produzindo dados e operando sistemas: o trabalhador do suas diante dos desastres socioambientais. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 144, p. 193-212, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.287>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/FjtfZp5BrjBzQWCbRRq993z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2022.

GROHMANN, Rafael. **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; NASCIMENTO, Fernanda Isadora de Oliveira; JANCZURA, Rosane. Vigilância socioassistencial no contexto do território: uma análise a partir do censo suas. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-13, dez. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/37640>. Acesso em: 1 set. 2023.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. Edições Loyola, 2014.

GUERRA, Yolanda; CARRARA, Virginia; MARTINS, Alcina Maria de Castro. Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 570-584, dez. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86938>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LLCvgtBtd9qXyZWNQSVbTYqp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2023.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

JOINPP. **Civilização ou barbárie**: o futuro da humanidade. 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/anais.html>. Acesso em: 5 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia**: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie. 2021. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/anais.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MAÇANEIRO, Luiza Palha. **Serviço Social e Novas Tecnologias**: a produção intelectual da área. Florianópolis: Relatório Pibic, 2023.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política, Livro I, O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3 ed. São Paulo: Boitempo.

MOURA, C. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. Revista Afro Ásia, Salvador, n. 14, 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448/showToc>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência In: MARINI, R. M.; SADER, E. (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 1998. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meszarus/1998/02/40.pdf>. Acesso em: 15 nov. 23.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INAF. **Indicador de Alfabetismo Funcional**. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2023.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

PANDOLFI, Aline Fardin; BRAGA, Dayeny Karyne Cordeiro Sabino; LEAL, Fabiola Xavier; BARBOSA, Rafael da Silva; BORGES, Rodrigo Emmanuel Santana. O Auxílio Emergencial no Brasil durante a pandemia por Covid-19. **Ser Social**: SER Social, Brasília, v. 25, n. 51, p. 305-325, dez. 2022. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/33863/34001](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/33863/34001). Acesso em: 1 set. 2023.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia** [vol. I]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia Pires. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 144, p. 91-109, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.282>.

SOUZA, Edvânia Ângela de. Indústria 4.0: serviço social no sistema previdenciário em tempos da pandemia de covid-19. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 125-136, jan. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82510>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/mn5npLYkqrnNccbXR3ZyGgk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2023.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 141, p. 183-203, maio 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.245>.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da covid-19. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 114-124, jan. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82538>.